



MUNICÍPIO DE TONDELA

ATA N.º 3 /2021

**REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA
NO DIA 28 DE JUNHO DE 2021**

Handwritten signature in blue ink.

Aos vinte e oito dias do mês de junho, reuniu ordinária da Assembleia Municipal de Tondela, pelas 9 horas, em regime misto, presencialmente no edifício do auditório municipal/salão nobre e, por videoconferência, sob a presidência do senhor presidente da Mesa, Carlos Manuel Henriques Cortês da Cunha,

Antes de ser dado início à sessão, tomaram posse, perante o presidente da mesa e a assembleia, por um dia, os membros Alfredo Cabral, Fernanda Ribeiro e Teresa Mafalda Felgar, em substituição dos membros Paulo Albernaz, Marta Coimbra e Jorge Henriques.

Iniciados os trabalhos pelo presidente da mesa da assembleia, foram entregues na mesa, da parte dos senhores presidentes da Junta de Freguesia de: Canas de Santa, Castelões e Lajeosa do Dão, uma delegação de competência de representação por: David Fernandes, Adérito Ribeiro e Firmino dos Santos de acordo com o exposto na alínea c) do artigo 18 da lei 75/2013 de 12 de setembro.

De acordo com a folha de presenças, constatou-se a falta dos seguintes membros: Arménio Marques, Martinho Rodrigues, António Ferreira, Isaac Almeida, José Hélder Alves e Ventura Gonçalves, que justificaram a falta, tendo a mesma sido considerada justificada.

Período Antes da Ordem do Dia

1.1 Discussão e votação da ata da sessão ordinária de 28 de abril

Não tendo havido intervenções, a ata de 28 de abril foi colocada à votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade pelos presentes na sessão de abril.

1.2. Leitura de expediente

Foram presentes: os relatórios de atividades e financeiro, enviado pela câmara municipal de Tondela; agradecimento ao voto de pesar ao Dr. Jorge Coelho, expresso pela família; Moção “Rearborização – revogação da Portaria nº 15 A/2018, de 12 de janeiro”, enviada pela Assembleia Municipal de Mortágua; Relatório de atividades e contas de 2020, da Associação Nacional de Assembleias Municipais; Comunicação da



ANAM, de reunião com responsáveis da CCDRC; Jornais “ Associação”, “STAL” e “Voz das Misericórdias”.

1.3. Exposição oral pelos Membros da Assembleia

O membro Rui Santos interveio:

“Senhor presidente da mesa, senhor presidente da câmara, membros da mesa, caros deputados, minhas senhoras e meus senhores.

Queria alertar que, com a nova Lei da paridade e com a Lei orgânica 1, impõe-se-nos a alteração de regimento, visto que a composição da mesa deverá integrar representantes dos dois sexos, não neste mandato, segundo parecer de algumas CCDR. A lei refere que no prazo de 90 dias as assembleias deveriam alterar os seus regimentos. Atendendo que provavelmente esta assembleia será a penúltima do mandato, deixo a nota, sendo uma simples alteração que a assembleia de setembro deveria repor a legalidade no seu regimento.”

De seguida, entregou dois votos de pesar, pelo falecimento do Dr. Madeira Lopes e Dr. António Carvalho Mendes, que se transcrevem:

“Voto de pesar

A notícia do falecimento do Dr. Madeira Lopes, para muitos de nós o Zezé, foi particularmente dolorosa. A sua vida como médico e como cidadão foi de uma exemplaridade a toda a prova. Dedicou-se, ao longo de décadas à medicina granjeando por toda a parte amizades, e tendo por cada doente uma atenção particular decorrente de uma sublinhada postura de missão profundamente humanista.

Tinha do Serviço Nacional de Saúde uma visão lúcida e muitas vezes crítica, sempre alicerçada no objetivo primeiro de prestar bons e efetivos cuidados de saúde a todas e a todos que o procuravam. Sempre teve com os seus colegas de trabalho uma relação afável e cooperante, procurando, sempre, criar sinergias. O Dr. Madeira Lopes era um homem bom e fraterno que fará muita falta ao nosso Concelho.

Assim, o Grupo dos Eleitos pelo Partido Socialista na Assembleia Municipal propõe um voto de pesar pelo seu falecimento com subsequente comunicação à família enlutada.”

“Voto de pesar

No passado dia 4 de junho a morte levou o Dr. António Carvalho Mendes de entre nós.

O Dr. António Carvalho Mendes, embora não natural do Concelho adotou-o como seu e empenhou-se, por vezes de forma inflamada em vários sectores de atividade, em muitos casos com ideias inovadoras que não tendo sido na altura aceites vieram mais tarde a ser adotadas.

Impulsionou a criação de algumas associações e teve uma participação ativa no movimento associativo no campo da cultura, da solidariedade e do desporto, em que chegou a ser Presidente do Clube Desportivo de Tondela, nos tempos difíceis da coletividade tendo sido sempre um intransigente cumpridor dos seus compromissos.

Foi membro desta Assembleia Municipal e vereador da Câmara Municipal de Tondela.

Sendo por vezes polémico, nunca deixou ninguém a que pudesse ajudar sem o seu auxílio numa grande manifestação do seu espírito de solidariedade.

Assim, o Grupo dos Eleitos pelo Partido Socialista na Assembleia Municipal propõe um voto de pesar pelo seu falecimento com subsequente comunicação à família enlutada”

O membro Vera Machado entregou à Mesa, igualmente, dois votos de pesar pelos falecimentos do Dr. Madeira Lopes e Dr. Carvalho Mendes, que se transcrevem.

“Voto de Pesar

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata de Tondela vem propor a esta Assembleia Municipal um voto de pesar pelo falecimento de José Madeira Lopes que foi um médico de referência no Concelho de Tondela.

José Madeira Lopes era um humanista e um homem dedicado à sua comunidade, deixando um vazio naquilo que é a verdadeira aceção de serviço público e entrega ao próximo.”

“Voto de Pesar

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata de Tondela vem propor a esta Assembleia Municipal um voto de pesar pelo falecimento de António Carvalho Mendes que desempenhou funções de vereador da Câmara Municipal de Tondela pelo Partido Socialista sem funções executivas.

António Carvalho Mendes era um tondelense por convicção, tendo sido empresário em diversos setores económicos, bem como foi dirigente associativo em diversas instituições, nomeadamente presidente do Clube Desportivo de Tondela, fundador da Associação de Defesa do Património de Tondela e membro de órgãos sociais da ACERT



Período da Ordem do Dia

2.1-. Apreciação das atividades da Câmara nos termos da alínea a) do nº2 do artigo 25 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro

Dando seguimento aos trabalhos, o senhor presidente da câmara interveio:

“Senhor presidente da assembleia, restantes membros da assembleia.

Foi feita uma comunicação escrita aos membros da assembleia, em grande parte de contexto do que tem sido as preocupações dos últimos meses. Aquilo que tem vindo a ser uma grande preocupação, centrada no apoio ao processo de vacinação e às condições logísticas, para que no pavilhão municipal, onde está instalado o processo de vacinação, os vários serviços aí representados, da saúde e do município possam garantir essa prestação de cuidados. À data de hoje sensivelmente metade da população já teve pelo menos uma dose de vacina e deste universo cerca de 30% têm a segunda dose. Obviamente, aqui estão incluído os utentes de lares, bem como os funcionários dessas instituições, corpos de bombeiros. A vacinação é um reforço de confiança que se quer criar, mas julgo que os dados estão a demonstrar que não é necessariamente uma imunidade plena, que não impede que continue a haver uma preocupação, porque já não é o primeiro caso de pessoas que foram infetadas, mesmo tendo recebido as duas doses de vacina.

Por outro lado, faço uma referência naquilo que têm sido as estratégias e que passam por tentar agilizar um conjunto de procedimentos de obras, quer na relação com as freguesias. Algumas obras de proximidade estão a decorrer e articulação com as juntas de freguesias através de contratos interadministrativos e protocolos de apoio. Mas, também obras estruturais estão a decorrer. Contrariamente à ideia que interessa a alguém passar que só há obra de quatro em quatro anos, isso é uma questão transversal a todos em função dos vários patamares do exercício de competências. Nós estamos a concluir obras, que algumas delas são estruturais e por isso tem vindo a ocorrer pelo menos de há 3 anos. Julgo que nenhum de nós pode ignorar que o ano de 2018 foi um ano claramente dedicado ao combate à resolução dos problemas inerentes aos incêndios, quer fosse no contexto das famílias, quer fosse das empresas.



Por isso, uma nota política que é ignorar isto é não querer reconhecer o óbvio. Portanto, o ano de 2018 esteve muito limitado, mas a partir desse momento obras estruturais como a Escola Secundária de Tondela, cuja obra foi desenvolvida em duas fases e que está a ultimar-se a 2ª fase, investimento que rondava inicialmente o 1,5 milhões de euros, com os incrementos ronda os 2 milhões de euros, deste montante 25% são capitais próprios do município. Dizer que há obras de 4 em 4 anos, é não reconhecer que estas obras estruturais estão a acontecer. O mesmo digo sobre o Centro Tecnológico, que neste momento já evidencia um grau avançado da sua execução, está a entrar nas áreas nos acabamentos e instalação de equipamentos, nomeadamente no domínio da climatização. Assim como a ampliação da ZIM de Tondela, estamos a falar de uma obra que ultrapassa os 3,3 milhões de euros. Ao mesmo lado que estas obras se estão a desenvolver, os jardins de infância de Molelos, Santiago de Besteiros, Tonda estão em concurso para as suas requalificações. Ao mesmo tempo que isso acontece, o município não deixou de se posicionar para aquilo que são novas candidaturas a Fundos Comunitários no quadro do mapeamento. As obras que são passíveis de serem enquadradas no mapeamento têm de ser reconhecidas como tal pela tutela. No caso em concreto, falo da Escola Básica de Campo de Besteiros, cujo projeto é significativo e que implicará a construção de raiz de um novo bloco e a requalificação do bloco administrativo. Com esta intervenção estaremos a fechar um ciclo de regeneração da nova geração de estabelecimentos escolares. Obras como esta, o seu financiamento está associado a custos padrão, no caso da Escola Básica de Campo de Besteiros o custo padrão tem a ver com o número de salas. No caso da saúde está associado a um valor por m2 do edifício. Posicionamo-nos através de candidatura quer para E.B. de Campo de Besteiros, quer para o Polo de Saúde do Caramulo, a USF de Canas de Santa Maria, no âmbito do reconhecimento que a Saúde pretende para esses edifícios. Foram celebrados protocolos com a tutela, à luz dos quais o município tem legitimidade para intervir, mas toda a responsabilidade do projeto, da fiscalização e do cofinanciamento é do município, para além dos fundos comunitários.

Em paralelo estão adjudicadas duas importantes obras, no âmbito da mobilidade urbana: a requalificação da avenida João Almiro, em Campo de Besteiros e as envolventes à Escola Básica de Campo de Besteiros. Estamos a avançar de forma decisiva com o projeto de intervenção da Naia, com a interceção com a Ecopista, até ao cruzamento de Lobão da Beira, para criar um corredor urbano de mobilidade suave com passeio, via ciclável, com estacionamento, iluminação pública subterrânea e novas



pavimentações. Estão, também, adjudicados os trabalhos de requalificação urbana no perímetro da vila do Caramulo.

Na comunicação que dirigimos, faz-se uma referência à Aintrar, como é sabido o município de Tondela foi o município líder na constituição, perante o POSEUR, da candidatura, que inclui obras estruturais dos quatro municípios e que estava limitada a um teto financeiro, de 4,6 milhões de euros de fundo do POSEUR. Face à dimensão de obras e face àquilo que é sabido, os custos têm vindo a crescer nos últimos tempos, estima-se que esse valor ronde 50% do financiamento, para as intervenções necessárias. No caso concreto do município de Tondela, as obras que entraram na primeira fase do concurso público internacional, é a requalificação da ETAR sul de Tondela / Molelos, que passará por um sistema novo e que incluirá um sistema de estação elevatória para que o esgoto da Ermida venha aí a ser tratado. E, inclui o sistema norte do concelho que, desde Parada de Gonta a Sabugosa, Canas de Santa Maria, Lobão da Beira permitirá uma condução para tratamento num equipamento único e que implicará um expressivo investimento. Neste momento, estão a ser preparados os concursos públicos internacionais para os quatro concelhos. Estes concursos públicos têm uma morosidade diferente, são publicados num jornal da União Europeia, o que implica alguma celeridade de desenvolvimento.”

Atendendo às dificuldades técnicas, a assembleia foi interrompida, tendo a mesma recomeçado no período da tarde, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, pelas 14h30.

Seguidamente, o senhor presidente da Câmara Municipal apresentou o relatório de atividade e financeiro (anexos 1 e 2), acompanhado pela visualização das atividades desenvolvidas no período que decorreu desde a assembleia de abril até à presente data.

O membro Rui Santos interveio:

“Senhor presidente da câmara; espero que esteja a recuperar rapidamente.

Eu, propriamente, queria fazer dois ou três comentários e duas perguntas.

Começaria pelos comentários. Queria dizer ao senhor presidente da câmara que se calhar, ninguém diz que a câmara nunca fez nada. O problema, é de saber qual a discrepância entre o que foi programado, projetado em planos e aquilo que está feito. E, o que acontece é que há muita coisa que se concentrou agora e, com certeza que os senhores deputados estão lembrados, mais que uma vez eu referi que iríamos ter

problemas graves com isso, nomeadamente, quando começou a pandemia. Mais grave aquilo que está a acontecer com as empresas neste momento, que era inevitável e que vai continuar durante um tempo, nomeadamente se não houver um grande fluxo de emigração para Portugal, porque não há mão-de obra disponível para fazer.

E, juízos cada um de nós faz, o senhor presidente da câmara e a maioria têm todo o direito de fazer os juízos que fizeram acerca de muita coisa e os outros que apreciam tem o direito de fazer os juízos, a inclusão dos dados, e dos seus julgamentos, o que é que acham que é a eficácia ou não, em relação áquilo que são os planos de investimento, a execução de orçamentos, etc. É apenas um comentário, é normal, é disto que é feita a nossa vida de discussão democrática e política.

De resto, pois, surgiu aí uma questão que, há pouco, naquelas falhas eu não percebi bem e pedi ao senhor presidente da câmara que me corrigisse, porque eu não percebi bem quando ele se referiu ao Caramulo, e já lá voltamos por outras razões, ao Museu Automóvel. O Museu Automóvel é um património público municipal, é bom que fique claro, o facto de haver um acordo de cooperação potenciando os dois museus, eu não tenho nada contra isso, o Museu é público, não voltamos ao tempo em que o senhor responsável pela Fundação Abel Lacerda achava que a Câmara Municipal de Tondela não podia convidar o Presidente da Republica, General Ramalho Eanes, para visitar o concelho, porque a ele não lhe agradava. Atenção, a gente não se pode esquecer destas coisas. Portanto, eu não tenho dúvida de que assim aconteceu e parte do recheio que é do Estado, está lá até hoje, não foi transferido, que eu saiba por ninguém. Eu não tenho nada que se potencie a junção e exploração e gestão conjunta dos museus, até porque a fundação Abel Lacerda obviamente que tem uma especialização que a câmara não tem para fazer isso. Quanto a isso não tenho dúvida nenhuma, e, portanto, nada contra que a gestão conjunta se mantenha, acho que só potencia o Caramulo.

Senhor presidente da Câmara referiu de passagem, já agora hoje, eu trazia exatamente qui a pergunta da questão do alargamento da estrada Fráguas / Sabugosa, na medida em que a informação que eu tinha, como aliás tinha dito na Assembleia Municipal, eu fui ver o projeto, tenho pena que não esteja contemplado, aliás já se falou nisso ao senhor presidente da câmara, o alargamento do pontão inicial, acho que era muito importante até pelos riscos que trás a circulação, nas condições em que está, mas a informação que eu tinha é que o empreiteiro ainda não tinha vindo para a consignação da obra, disse que havia atraso. Nesse caso em concreto, gostaria de saber é se já veio



para fazer a consignação da obra, ou se está preparado para arranjar mais alguém, outra pessoa que possa fazer a obra.

Agora, em relação às questões do Caramulo, como estão lembrados, eu, quando se discutiu aqui dúvidas sobre as questões de aquisição do ex. cinema e também do terreno anexo, eu disse e fiz um requerimento, que demorou algum tempo para me chegar a resposta, para ter acesso aos relatórios de avaliação, propostas técnicas, e propostas que houvesse para se fazer a aquisição. Devo dizer que em relação à questão do ex. cinema, não chegou nenhuma proposta técnica, chegou uma proposta do gabinete da Presidência, que é normal, mas qualquer parecer ou qualquer sub prova prévio de interesse, também não consta exatamente do PERU, mas não houve nada, e o que me parece é que independentemente, não estou a por em causa sequer os valores que foram atribuídos, é que a grelha, não sei porque se havia de falar no centro de congressos com indivíduos daqueles e naquelas condições. Não tenho nada contra que se compra o edifício, é um outro lóbi que já falarei, mas tenho dúvidas, mas que para fazer um auditório, essas coisas dão sempre jeito quando se quer potenciar as coisas. Agora um centro de congressos, se calhar um pouco excessivo para isso. Tem mais impacto na opinião publica, mas de facto não estou a ver como, nomeadamente num edifício que está entravado e com enormes dificuldades de acesso. Não estou a dizer que o valor que está calculado no relatório está errado ou não, foi feito por um especialista, e portanto, eu aí não me reconheço competências para me poder pronunciar sobre isso, mas em relação à localização acho difícil, porque era um edifício associado ao Grande Senatório, e não estando os dois edifícios em aquisição, pois não vejo bem como é que se vai mexer ali naquela situação. Mas, não sou técnico de construção civil.

Uma outra questão, já agora, gostaria de saber se já há definição, se o antigo senatório infantil, que era propriedade da segurança Social, se já há algum acordo, ou decisão da transferência da propriedade. Não sei, desconheço, e gostaria de saber porque é importante.

Quanto à aquisição da outra parcela de terreno. Há uma coisa que eu não sei se a câmara se deu conta. O senhor avaliador refere que quando fala no prédio que é para adquirir, diz que é no Guardão, artigo urbano 344, mas quando apresenta a proposta de valor a atribuir fala no artigo urbano 343, e é o que diz aqui, “artigo Urbano 343, terreno para construção, 19 750 00€”, aliás deve ser difícil construir num terreno daqueles que tem aí 10mt de largura, mas isso já não me pronuncio porque não sou técnico. Eu não percebi isto, procurei, a seguir aparece com uma caderneta predial do 344. Como o

terreno, parece-me que está em causa são duas parcelas, com desnível de um metro e tal, separados por um muro, não percebi bem e gostaria de ter esta explicação. Isto não foi abordado na última assembleia, mas obviamente sem esses documentos não podia perguntar. Gostaria de ser informado sobre este pormenor, se o senhor avaliador foi contactado para esclarecer isto, pode ter sido um erro, pode ter sido qualquer coisa.

Por último, gostaria de deixar aqui um alerta ao senhor presidente da câmara. É evidente que é uma necessidade, neste momento, é também uma obrigação legal, com algumas dificuldades obvias, a questão da gestão das faixas de combustível. Mas, algumas faixas de gestão de combustível, quem as faz e julgo que estão a ser executadas por privados, devem ser pessoas que têm 180cm ou menos. Nomeadamente, na estrada de Fráguas para São Miguel, há lugares onde as faixas de combustível têm no mínimo 5 metros, não sei se foram pagos 10 metros, isto é pago à extensão, portanto, é uma questão que convém ver. É evidente que é difícil fazer este trabalho, sobretudo com as dificuldades que referidas, com a enorme dificuldade de mão de obra, mas depois também convém saber se isto foi visto a sério ou não, porque de facto há casos que não se justifica. Quando se está a mexer não fazem as coisas como devem, o fato de ser mais alto ou mais baixo, não tem a ver com a distância à faixa de rodagem, ela não é medida na vertical, é sim medida na horizontal. “

O membro José António Dias tomou da palavra, com a intervenção que se transcreve:

“A intempérie no nosso concelho

No passado dia 12 de junho, uma grande parte do concelho de Tondela esteve sujeito a um fenómeno meteorológico de extrema violência, durante mais de meia hora. Assistiram-se a ventos fortíssimos, trovoadas, chuva intensa acompanhada de queda de granizo de grandes dimensões, muitas delas maiores que bolas de golfe.

As fortes rajadas de vento acompanhadas com a queda de granizo e fortíssima carga de água, criaram uma onda de destruição que dizimou a generalidade das plantações agrícolas, muitas de agricultura familiar, com especial incidência nos pomares e nas vinhas. Estas destruições provocaram impactos sociais e económicos negativos, tanto no setor dos vinhos uma vez que nos encontramos na região demarcada dos vinhos do Dão, como nos pomares, bem como no sustento de vida de muitas famílias que tinham nas suas culturas um complemento económico-financeiro essencial para o seu sustento, tendo em conta o rendimento mensal do respetivo agregado familiar.

No caso da Freguesia de Molelos, muitas famílias contactaram a Junta a lamentarem-se e a perguntar se havia apoios tendo em consideração os seus prejuízos.

Para além dos prejuízos no sector agrícola este gravíssimo mau tempo também provocou danos gravíssimos em equipamentos, habitações, viaturas, inundações e quedas de árvores, tendo os nossos bombeiros sido solicitados para intervir em muitas dezenas de ocorrências.

Muitas famílias viveram momentos de grande aflição.

Mais uma vez, tal como noutros momentos de catástrofe que, infelizmente, temos tido ao longo deste mandato autárquico, quero enaltecer a iniciativa do sr. Presidente da Câmara, que atento à dimensão dos problemas provocados por estas condições meteorológicas de extrema violência, em tempo oportuno, solicitou à Sr.ª Ministra da Agricultura, que desencadeie a instrução do Estado de Calamidade, a declarar pelo Governo, visando a atribuição de apoios públicos tão justos e necessários, face à situação ocorrida no nosso concelho.”

Seguidamente, tomou da palavra o membro Abílio dos Santos:

“Senhor presidente da mesa;

Senhores membros da mesa;

Senhor presidente da câmara, a quem aproveito para desejar boas melhoras e rápido restabelecimento;

Restantes colegas presentes e os que se encontram em videoconferência.

Muito embora já fosse aqui comentado, por um deputado que deu inicio a este ponto, eu queria saber o seguinte; o senhor presidente, falou há bocado que já se tida procedido à limpeza das bermas das estradas, e falou especificamente na estrada 627 / Lobão da Beira, como o senhor sabe, melhor do que eu, a grande maioria das bermas das estradas, tirando provavelmente esta em Lobão da Beira, estão transformadas em verdadeiros matagais onde proliferam no seu interior eucaliptos e arbustos que são uma ótima fonte de combustível.

Todos nós sabemos que o inverno foi prolongado, ele começou praticamente na primavera, foi para o inverno e prolongou-se muito muito até há bem pouco tempo. De qualquer maneira, eu gostaria de saber se o senhor presidente e as brigadas da câmara, pensam num futuro muito breve proceder à limpeza das bermas das estradas. É que, todos os que tem propriedades são obrigados a limpar tudo por dentro, é uma obrigação há muito implementada. Gostaria de saber qual a obrigação da câmara no aspeto da limpeza das bermas das estradas.

Quando de manhã, devido a interferências, ouvi com dificuldade, como todos os que estão aqui presentes, a primeira parte da sua intervenção. Penso que o senhor se referiu que a requalificação da Zona Ribeirinha do rio Dinha já tinha começado a ser intervencionada. Se isso aconteceu, eu congratulo com esta posição, bem como das obras da antiga adega cooperativa.

Queria também dizer ao senhor presidente uma situação que aconteceu aqui em Tondela, eu era para ter esta intervenção no ponto “outros assuntos de interesse para o concelho”, face ao adiantar da hora, e porque ainda vamos no ponto 2.5 desta Assembleia, não sei se o senhor presidente soube, na Av. Tomás Ribeiro, junto ao cruzamento com o Largo do Comércio, um acidente, na semana passada que não vitimou, por acaso, o senhor Antero Carreira. Eu, há cerca de dois anos comentei aqui que seria de toda a conveniência colocarem-se espelhos do outro lado. Eu passo por ali todos os dias, e sobretudo nos dias de feira, há ali uma confusão inteira, até porque, e tenho uma grande admiração pela GNR, mas acho que esta é uma zona que deveria ser permanentemente fiscalizada. Mas, tem havido ali incidentes e, até agora, não morreu lá ninguém, porque Nosso Senhor Jesus Cristo está com as pessoas. Acho que não era muito caro, e eu peço ao senhor presidente para ver isto com atenção, dado que o senhor Antero Carreira como disse há bocado está vivo, porque teve a bênção de Deus. Portanto, não custava nada, é uma coisa muito barata, ver se se pode fazer o mais depressa possível.

Outra coisa que tenho para falar, senhor presidente, é o seguinte; como toda a gente se apercebeu, têm sido feitos remendos em alcatrão em muitos pontos de Tondela, e a pergunta que faço é a seguinte; estes remendos em alcatrão eram de absoluta necessidade para o momento atual? E, se efetivamente o foram, porque motivo é que em noutras zonas onde, penso eu, existem mais carências está o alcatrão de sempre. Porque, efetivamente, há cerca de um mês que Tondela está acompanhada deste movimento continuo de põe alcatrão ali, tira alcatrão daqui, põe alcatrão aqui, põe alcatrão ali e sinceramente eu, na minha perspetiva que sou um leigo nesta matéria, não estou a ver muita utilidade nisto, mas, de qualquer maneira, senhor presidente, de todos os conhecimentos que tem irá explicar-me melhor. “

O membro Regina Coimbra continuou os trabalhos, com a intervenção que se transcreve:

“Bom dia, Sr. Presidente da Assembleia Municipal,

Sr. Presidente da Câmara, restantes elementos da mesa, Srs. Vereadores, Membros da Assembleia Municipal,

Comunicação Social e a todos os presentes!

Após a explicação detalhada do Senhor Presidente do Município sobre o relatório de atividades, vou enumerar algumas das atividades que merecem maior reflexão pela sua complexidade, no entanto, pecei por defeito, pois foram tantas as atividades desenvolvidas neste período de tempo e devemos enaltecer o trabalho desenvolvido!

Continuamos a viver período atípico devido à persistência da pandemia do COVID – 19! No entanto, a vontade de trabalhar não é menor, apenas e devido a todas as dificuldades inerentes, somos obrigados a reorganizar a estratégia e redefinir as prioridades!

Definir novas formas de trabalho: teletrabalho e maior utilização das plataformas digitais, o que implica uma constante adaptação e readaptação!

As implicações da pandemia são várias: na educação, obras, realização de reuniões e parcerias.

As empresas adjudicatórias, também tiveram de redefinir os prazos de execução das obras, essencialmente por falta de recursos humanos, (confinamento e quarentena), com inegáveis implicações no desenvolvimento das obras.

A saúde pública é neste momento a grande prioridade! A vacinação está a decorrer dentro do previsto, e cerca de 50% da população já tomou a primeira dose, e 30% a segunda dose.

Destacam-se as seguintes

- As obras de expansão e requalificação da ZIM de Tondela, com impacto no desenvolvimento económico;
- O arranque da requalificação da frente ribeirinha e no centro tecnológico e de empreendedorismo;
- As pavimentações diversas;
- Obras de saneamento no Caramulo e a conclusão em Molelinhos, rede de água na Várzea do Homem, o novo tratamento das redes de esgoto no carvalhal e Mouraz; entre outras...
- Os protocolos com as Juntas de Freguesia, embora alguns tenham vindo a sofrer alterações;

- As obras na escola secundária de Tondela, o apoio aos jardins de infância e escolas do primeiro ciclo, bem como as obras que irão ser realizadas na Escola Básica de Campo de Besteiros;

- As obras na USF de Tondela e em algumas extensões de Saúde;

As intempéries, que têm sido mais frequentes, obrigam igualmente a redefinir as prioridades e a unir esforços para dar respostas às necessidades apresentadas.

Que nunca a desmotivação, nem os imprevistos sejam um impeditivo para o desenvolvimento de atividades e de obras que promovam o bem-estar no nosso concelho! “

Tomou a palavra o senhor presidente da câmara que respondeu às questões colocadas:

“Muito obrigado senhor presidente, irei focar-me essencialmente nas perguntas colocadas, e a primeira é uma correção ao Dr. Rui Santos. Não há nenhum museu publico no Caramulo. É bom ter essa questão presente, há sim um edificio que é propriedade do município, o que são coisas diferentes. No museu Automóvel, integrado no museu do Caramulo, o edificio é propriedade do município e foi isso que eu disse de manhã. Ou seja, que o edificio estava a ter obras de beneficiação, conservação, reabilitação qua naturalmente o município iria desenvolver um protocolo de apoio ao desenvolvimento dessas obras nessa circunstância, até porque algumas dessas obras feitas nas condições de mecenato, têm tido um custo menor do que se fosse diretamente o município a fazê-lo, mas foi isso que eu deixei bem claro. Portanto, em momento algum queremos confundir os planos, aliás, nem vejo a utilidade da confusão dos planos. Felizmente, temos uma entidade, Fundação Abel e João Lacerda que, como tal, desenvolve junto de mais valias estratégicas para o Caramulo, e nessa matéria o Município é o detentor desse imóvel, portanto, claro que esta questão julgo ser importante.

A estrada Fráguas / Sabugosa. Sim, inicia-se a seguir ao pontão sem prejuízo de, a todo o momento e, quando tal for oportuno, poder desenvolver-se um projeto de reabilitação e alargamento desse pontão, mas como compreenderemos é já uma obra de construção civil e já não necessariamente no espectro de pavimentações nesse domínio. Quando é que começa? Eu penso que há pouco deixei claro que a nossa preocupação neste momento tem a ver com a circunstância de obras em concurso público, estarem a ser ganhas de uma forma geral por alguns empreiteiros que depois não tem condições objetivas para assegurar todas as frentes de trabalho. No caso em concreto, para que uma



obra se inicie tem de ocorrer duas coisas, uma é a consignação, outra é o ajustamento do plano de segurança e saúde, em função desse ajustamento e desse cronograma. Ora, no caso em concreto, tem havido algum expediente por “parte de alguns adjudicatários” para irem atrasando uma ou outra fase em função do seu próprio calendário, porque naturalmente, têm muita obra e não têm meios. Até podem ter meios mecânicos, mas não tem meios humanos. Portanto, neste momento, há mais de três meses que estamos a pressionar no sentido de poder haver o início das obras, a última versão que faltava era a atualização do PSS, voltamos pela terceira vez, os serviços notificaram formalmente por carta registada o adjudicatário, para que de uma vez por todas avance com o início dos trabalhos. Dirão os senhores, e se não avançar o que é que acontece.? Bom, assim se centra o município com a possibilidade de rescisão do adjudicatário, por incumprimento, e fazendo bom uso do procedimento administrativo em causa ir adjudicar ao segundo, é preciso é saber se depois o segundo também cumpre, se tem prazos para isso.

Observo que, este empreiteiro é o mesmo que ganhou em concurso publico, as pavimentações de Molelos, Mouraz, Vila Nova da Rainha e Dardavaz, portanto, se está com estas dificuldades impõe-se que haja aqui uma ação diligente a esse nível.

Questões de aquisição de património no Caramulo. Começamos em sanatórios infantis, terrenos e afins. Se o art.º é o 344 ou 343, a avaliação que vos foi presente é do art.º 343, que tem cerca de 400m². Estamos a falar de um terreno que está localizado entre a capela da Nossa Senhora da Esperança e o sanatório infantil, portanto, tem um interesse estratégico pela localização onde está. Está entre estes dois equipamentos. Um terreno classificado em sede de PDM como um terreno urbano e, para o qual, de acordo com os níveis e índices de ocupação de solo a volumetria potencial de construção neste terreno determinou essa avaliação. É bom que se lembre que o município não adquire nenhuma parcela de terreno, nem nenhum prédio, nenhum imóvel, sem que previamente tenha à sua frente uma avaliação, que não é de um vereador A ou de um vereador B, que acha que é mais caro ou mais barato, consoante a posição onde está, mas de um perito independente, reconhecido e inscrito na comissão de mercado de valores imobiliários. É assim que a lei determina, e é assim que o município faz. Mas, mais que isso, a aquisição em causa destes dois imóveis é inferior ao valor patrimonial tributário, nesta circunstância em função da avaliação do perito, portanto, é bom termos isto presente. Sobre o dito terreno, localizado entre a capela da Nossa senhora da Esperança e o sanatório infantil, este terreno tem cerca de 400 m², um terreno urbano que tem uma volumetria construtiva definida nos termos do PDM.

Sobre o sanatório infantil, o município há cerca de 4/5 anos, estabeleceu um protocolo de comodato com a ARS (Administração Regional de Saúde do Centro), ainda era o anterior presidente do conselho de administração da ARS. À luz dos dias de hoje, é propósito do município, no âmbito das transferências de competências sobre património devoluto do Estado, que é o caso, referir ao Estado que há disponibilidade do município para que essa transferência se efetue de forma perene e duradoura. Portanto, à data de hoje o que existe é um comodato, e talvez por isso a ARS através da tutela, veio perguntar ao município se já tinha feito obras ou intervenções, ao que o município está a responder que tem um projeto de arquitetura já fechado para a refuncionalização do antigo sanatório infantil, visando transforma-lo no museu do brinquedo e que essa obra oscila num valor muito próximo de 1,5 milhões de euros e que, portanto, entende o município que, através da Secretaria de Estado do Turismo e de outras fontes de financiamento, é importante garantir instrumentos de financiamento e apoio para se que possa prover a reabilitação desse edifício. Sendo muito objetivo: à pergunta feita, na data de hoje, o município tem um contrato de comodato, este contrato de comodato, salvo erro, era válido por um período de 20 ou 25 anos, decorreram alguns e é propósito do município, no âmbito de transferência de competências, solicitar à tutela que efetive de forma perene esta transferência de competências.

Sobre a avaliação e ainda bem que o Dr. Rui Santos não questiona avaliações, também percebo que tenha uma postura diferente a esse nível, porque reconhece que são documentos técnicos. Que fique claro o que é que se pretende no edifício do antigo cinema. Desde logo, ele não está encravado, é servido por três ruas, e, portanto, a esse propósito parte daquilo que vem a ser a futura intervenção que brevemente será desenvolvida no antigo sanatório, este edifício terá, naturalmente, uma nova posição estratégica. É um edifício constituído por três pisos, e quando se refere à sua área obviamente que este edifício tem de ser visto como um complemento, como fator de correlação entre aquilo que vão ser os vários projetos integrados à volta deste espaço.

Desde logo:

Ponto um, o município, em parceria com a junta de freguesia do Guardão, está a lançar um concurso para funcionalizar o edifício que até agora era designado por Posto de Turismo. Esse edifício será convertido no museu da instância senatorial, é o centro interpretativo da instância senatorial, é um projeto que ronda os 400 mil euros, nesta fase. Implica uma transformação total desse imóvel, ganhando-se aí um novo espaço museológico.

Ponto dois, o sanatório infantil.

Ponto três, é o vértice que falta neste triângulo, que é precisamente o edifício do antigo cinema. E este edifício tem várias potencialidades. Há um estudo funcional que agora se irá desenvolver no quadro de um projeto, ou de um anteprojecto. Que potencialidades tem? Desde logo, espaço associado a um auditório. Ora, um auditório não deixa de ser um espaço que possa acolher congressos, e, hoje, falar em congressos no quadro do Caramulo não é algo descabido. A dimensão é aquela adaptada à realidade local, um espaço de conferências, um espaço para reuniões, um espaço para acolher áreas temáticas, debates, congressos que seja, tudo depende da dimensão, não deixa de ser um equipamento estratégico para o desenvolvimento turístico e para a promoção do Caramulo. E, portanto, a visão muito objetiva que temos e que, rapidamente, será objeto de divulgação, passa precisamente por este triângulo. Um triângulo centrado no museu da instância sanatorial, como marco comemorativo do centenário da referida instância. Um projeto que tem o museu do brinquedo como equipamento nuclear para o antigo sanatório infantil, e um projeto que, depois, tem no edifício do antigo cinema estas virtudes.

Tudo isto somado são vários milhões de euros de investimento, e, portanto, a razão forte é que agora é o tempo de a administração central, os serviços que tutelam as áreas do turismo, as áreas associadas ao desenvolvimento e coesão, é o tempo em que importa com este “Master Plan” conjugar os esforços e obter os apoios necessários para este investimento. E, portanto, quero deixar isto claro para não termos dúvidas sobre este assunto.

Sobre faixas de gestão de combustível, naturalmente que usando esta sua pergunta com a que o senhor deputado Abílio fez, de facto nós não podemos só olhar para a nossa porta, corremos o risco de não ver o todo. Que eu me lembre, neste momento já foi feita intervenção naquelas que são algumas das vias estruturais. Estrada 627 e 228, a estrada 230, quem subir do Campo de Besteiros ao Caramulo não irá ignorar que foi feita uma intervenção. O problema é que passado um mês e meio ou dois meses, aquilo que antes foi feito parece que não aconteceu. A EN 2 até ao limite do concelho, entre Sabugosa e São Miguel do Outeiro a partir de Tondela, e naturalmente que ligações à Lajeosa e outras bermas estão para ser executadas, não podemos é por conta de um metro ou dois, em sentido figurado, que estão à nossa porta, ignorar o que esta a ser feito no concelho. E, sobre a largura dessas faixas e a forma da sua execução é

uma questão técnica, naturalmente que o presidente da câmara, em momento algum, impõe como condição o que não seja o cumprimento da Lei. Se a Lei determina que a faixa de execução de combustível são 10 metros, claro que em algumas circunstâncias, eu vou dar o exemplo da estrada 230, Campo / Caramulo, ela tinha tido uma intervenção ainda há bem pouco tempo atrás, o que agora aconteceu foi que, particularmente na zona das bermas haver uma intervenção, não nos 10 metros, porque estamos a antever a necessidade de durante o verão ter de fazer outra intervenção, mas essa, sim, mais lata. Portanto, há zonas onde nós estamos a fazer uma primeira frente de trabalho só associado às bermas, porque antes teve uma intervenção muito mais profunda, e, numa segunda fase voltar, porque há zonas onde os senhores limpam as bermas e garanto-vos que dois meses depois já vão encontrar ervas com mais de 50cm, e se têm 50cm já estão em condições de obrigar a essa faixa de gestão.

O Eng.º Dias, lembrou-nos e, porque o tempo passa tao depressa, que nos vamos esquecendo, que no dia 12 de junho, de facto a situação foi de calamidade, ocorreu em vários concelhos, não foi necessariamente só no concelho de Tondela e, por isso, numa perspetiva solidária alertamos para a necessidade de serem criados instrumentos de resposta em termos do plano de calamidade. Até á data de hoje essa questão não esta desenvolvida. Sei que os grupos parlamentares, quer do PS, quer do PSD também tomaram iniciativas parlamentares para que se desencadeassem esses instrumentos de apoio e até à data de hoje, eventualmente, julgo que terá de ser o município a avançar em parceria com as juntas de freguesia, nomeadamente naquelas que tiveram danos em coberturas de edificios públicos, como é o caso da junta de freguesia de Molelos que teve a cobertura do seu edificio toda destruída, portanto, sabe o senhor presidente de junta que estamos disponíveis para isso. Mas não foi só aí, houve habitações no bairro de habitação permanente que foram destruídas e cuja cobertura tem de ser removida. Houve edificios públicos como é o caso do estaleiro municipal, onde aconteceram danos de pequena natureza, e, portanto, estamos aqui a avaliar que tipo de resposta pode ser construída, já fiz uma articulação com a Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro, também no sentido de se poder avaliar aquilo que estamos aqui a dizer.

Senhor Abílio, colocou duas questões, uma já referi aqui sobre as faixas de gestão. Sobre a Frente Ribeirinha/CTE, o que eu disse de manhã foi que a Frente Ribeirinha é constituída por dois lotes, um deles já está mais avançado que se prende com a criação de uma nova ponte pedonal, para ligar o Centro Tecnológico à antiga EN2



e àquilo que será a futura frente pedonal e ciclável que da Frente Ribeirinha vai conduzir ao parque urbano.

Duas notas finais, uma sobre o acidente havido em particular junto aos correios, sei bem do acidente, porque não só envolveu o senhor Carreira, como envolvi a mãe da minha chefe de divisão da área económico financeira. Não consegui perceber a correlação disto com os espelhos, porque tanto quanto vi das imagens, a viatura está junto a uma passadeira, portanto não foi um problema de espelhos nem de visibilidade, mas pode ser lapso meu que não tenha percebido a questão que lhe está associada.

No período da manhã, também referi que desde a avenida dos Bombeiros Voluntários de Tondela, nomeadamente a passadeira que está ao pé dos Bombeiros Voluntários de Tondela, as passadeiras envolventes ao Largo Anselmo Ferraz de Carvalho, e ainda três passadeiras na Rua Tomás Ribeiro, que estão a sofrer, ou vão sofrer intervenção de melhor localização e de pré sinalização através de placas táteis, portanto, essas intervenções, aliás quem hoje for junto aos Bombeiros e junto ao banco Millennium, já verificará esses trabalhos de nova sinalética, nova reconfiguração, e num caso até reposicionamento destas três passadeiras. Falo em concreto de quem sai da igreja do Carmo, quem sai junto ao Largo 1º de maio e quem sai em frente à farmácia Horta, na medida em que essas passadeiras são coincidentes com entradas e saídas e viaturas automóveis, e vão ser deslocalizadas para que não haja essa situação.

Sobre intervenções na reabilitação de pavimentos na área da cidade. Há uma coisa que julgo termos de ser objetivos, os pavimentos eram necessários serem reabilitados. Tecnicamente foi avaliado nas intervenções havidas e em particular junto a três rotundas, a rotunda junta à GNR, a rotunda junto à ACERT e a rotunda junto à Farmácia Tomás Ribeiro e, depois, junto à Rosicar; em todas elas o pavimento estava degradado, estava fissurado, estava em degradação, porque já não tinha capacidade de resistência, em alguns casos na base, e noutros devido à elasticidade do pavimento. Portanto essas intervenções foram estratégicas, cirúrgicas, para beneficiar a manutenção de vias. Tal como, depois, na rotunda junto aos Combatentes virado à ponte sobre o IP3, um local que é reconhecido por todos, a deformação do pavimento. Portanto, todas estas intervenções tiveram um propósito do ponto de vista técnico, mas não só, também houve, no caso concreto de um arruamento entre a ligação da farmácia Tomás Ribeiro e a Rosicar, como outras pavimentações que estão previstas para os próximos tempos, nomeadamente, numa rua interior que dá acesso aos serviços local da Vários, e outras, que na área da cidade estão a precisar de reabilitação. Portanto, as intervenções são



planeadas, avaliadas tecnicamente em função das condições do próprio pavimento, visando sempre uma máxima que é preferível investir e reabilitar, do que deixar degradar e depois à frente ter um custo bem superior. Neste momento o que falta para concluir estas intervenções são as pinturas nas passeadeiras. Não por falta de lembrança, não por falta de pressão política e técnica, mas por uma coisa que se chama empresas de especialidade, que estão dentro desta empreitada e que se estimava que já na semana passada tivessem vindo fazer esses trabalhos e que ainda não fizeram.

E, portanto, dito isto, julgo ter respondido às questões que me foram colocadas; só fazer um registo à intervenção da deputada Regina Coimbra, pela observação de que, em boa verdade há hoje um grau de investimento muito significativo, muito expressivo e que não pode ser ignorado. Em boa verdade, há um conjunto de obras estruturais planeadas e duradouras e há outras que, por serem de maior proximidade aos olhos das pessoas, podem representar aquilo que alguns chamam de obras de fim de mandato ou eleitorais. Não é esse assim que olhamos, porque se assim fosse, não tínhamos no passado lançado mão daquilo que foi estrutural e hoje para nós é mais importante.

Senhor presidente, eram estas as notas que me cumpria dizer. “

2.2 Análise, discussão e votação da Prestação de Contas 2020

O senhor presidente da câmara tomou da palavra:

“Foi incorporado o saldo de gerência em revisão orçamental anterior, que rondou os 7 739 000€ e operações de tesouraria cerca de 1 251 000€. Sinto que é importante fazer uma observação, porque este saldo de gerência evidencia um cuidado de rigor do exercício, quando apresentamos estas contas. Mas a ideia que passa e que o deputado Rui Santos ainda há pouco quis aflorar é que existe um saldo de gerência desta dimensão e com este propósito, como sendo algo intencional duns malvados que deixaram ficar para o último ano do mandato, um grupo significativo de investimentos, porque não os quiseram fazer antes. Isso é que acho que é condenável, do ponto de vista político. E, dizer que este saldo de gerência podia ter sido utilizado para fazer tanta pequena obra de proximidade, que era tão importante e que estes malvados é que não o quiseram fazer, que quiseram guardar este saldo de gerência.

O que concorre para o saldo de gerência é um conjunto de obras que têm financiamentos comunitários. Os financiamentos comunitários que lhe estão adstritos, estão consignados. O Centro Tecnológico, no valor de cerca 3 milhões de euros. A Frente Ribeirinha com cerca 1,2 milhões de euros. Zona Industrial de Tondela ultrapassa

os 3 milhões de euros. Estas obras somadas rondam os 7,5 milhões de euros, se elas tiveram fundos comunitários a 85%, o que representa cerca de 6,5 milhões de euros. Se a obra não tem desenvolvimento do ponto de vista de faturação que era projetado no ano de 2020, este dinheiro não pode ser usado para outros fins, está associado à execução daquela obra, está cabimentada. Se não se gastar até ao final do ano, irá contribuir para um saldo de gerência.

É uma abordagem técnica e política, admitir-se a ideia que uma obra com fundos comunitários adstritos se não avança, vão-se buscar as verbas para fazer outras coisas. É de uma leviandade e ligeireza política que não consigo perceber. Qual o presidente de câmara que não gostaria de hoje de ter obras concluídas, nomeadamente qualquer uma destas três. Ainda me considero com um grau de sanidade adequado às funções. Não é normal que se use este argumento.

Começamos a obras da ZIM de Tondela, em maio de 2020. Porque é que não a começamos antes? As pessoas esquecem-se que em fevereiro de 2020 abrimos o ano com uma pandemia. Tudo parou, e os que não pararam, desenvolveram a sua atividade com algumas dificuldades. Não querer abordar e ter nota disto, é querer esconder aquilo que é a essência da questão.

Recuperámos, começando a acelerar no terceiro trimestre, mas em setembro /outubro, tivemos uma 2ª vaga da pandemia. Obras como a da ZIM foi avançando, mas com um ritmo e programa que não estava previsto. O Centro Tecnológico foi avançando, mas foi em 2021 que se conseguiu dar um avanço financeiro maior. Nesta obra estivemos há espera 3 meses dos painéis de cobertura, porque não há produção nacional disponível.

Estas três obras são, em grande parte, responsáveis por não termos conseguido um grau de execução em sede de obras públicas como aquele que desejávamos.

Como sabem o princípio do equilíbrio orçamental, diz que se deve garantir que a despesa corrente não seja superior à receita corrente. Deste exercício há uma coisa importante, a despesa corrente ficou a 4,5 milhões abaixo da receita corrente. Quer dizer que o município teve capacidade de gestão para gerar saldo na sua receita corrente, face à despesa corrente. Se isto não é princípio de boa gestão orçamental, pois há-de vir quem nos explique qual é o melhor princípio de gestão orçamental. Em boa verdade este saldo é muito relevante para este equilíbrio.

O resultado líquido de exercício, resultado com importância quando esta ano a prestação de contas já é feito no SNP- AP, ao invés do Pocal. Se terem o relatório em

particular a página 34, têm presente um conjunto de razões de facto e de fundamento técnico que explicam a dimensão positiva que estamos perante este exercício e o nosso resultado transitado.

Há duas dimensões na análise deste documento, uma pelo grau de execução e sua concretização e das condicionantes externas absolutamente atípicas e improváveis que vieram a condicionar este exercício e que já nos havia condicionado em 2018, conseqüente aos incêndios.

O que não posso aceitar politicamente é que perante estas evidências e estes factos se queira fazer querer que não houve capacidade de gestão ou que a eficácia da gestão não conduziu aos resultados que estamos a ver. Isso é uma injustiça para aquilo que aconteceu, para o que estamos a viver e para o que estamos permanentemente a lutar. Ninguém sabe o que é estar a gerir, ter um plano de ação e de visão estratégicas e dois dias depois ter que mudar. Vejam o que está a acontecer estas semanas, quantos de nós pensávamos que já tínhamos vencido esta fase da pandemia. Quantos projetos e iniciativas culturais e a dinâmica que se estava a criar e de um dia para o outro, volta tudo para trás. Não perceber isto, é fazer uma tentativa de algum aproveitamento político. Mas na boa verdade não é a forma como nos revimos, nem é aquela em que nós acreditamos.”

O membro Rui Santos interveio:

“Senhor presidente da assembleia, membros da mesa, senhores deputados, senhor presidente da câmara.

Queria começar por fazer uma nota em relação ao Museu do Caramulo, quando falei que era publico. Aquilo que é municipal é público, porque os municípios são administração publica local. E, tanto quanto sei, ainda hoje lá está algumas peças que são do Estado. Mas, isso é uma questão menor.

Quanto às questões relativas à execução, senhor presidente acho que faz o seu papel de querer atribuir para os outros o facto de estar a tentar querer dizer que as coisas não são assim. Falou aqui do saldo de gerência, o saldo de cerca de 8 milhões foi verificado em todo o mandato. A questão é esta. Não estamos a fazer confusão nenhuma. O saldo de gerência tem algumas razões para existir, mas o facto é que se mantêm ao longo dos quatro anos do mandato. E, a generalidade das obras, vêm deste o início do mandato, previstas. Houve algumas dificuldades, com certeza que houve. Houve pandemia. Mas, também, é um facto claríssimo, o plano plurianual de investimentos que foi aprovado, na assembleia, teve no ano de 2020, uma execução de



22,7%. E, as execuções de despesa de capital, que tem a ver com a existência do saldo de gerência, ao longo deste mandato rondam os 30%. As questões globais das execuções de capital, ao longo do ano de 2020, chegam a quase 40%, mas estão sempre nessa fase. Houve alguns atrasos decorrente dos incêndios? Sim, mas não justificam todos os atrasos que houve. A pandemia justifica atrasos? Sim, mas se calhar se algumas coisas tivessem avançado mais cedo como seria desejável, os atrasos da pandemia não seriam tão acentuados. É evidente que ainda estamos numa situação de incerteza. Mas isso é o que é normal, tem a sua visão, nós temos a nossa. Por isso se calhar assumimos projetos diferentes.

Temos um novo sistema, que acho bem que exista, mas é preciso fazer alguma coisa em relação a estes sistemas. A democracia afirma-se com a participação e ao nosso nível de democracia local. Os representantes aqui eleitos têm que ser o mais diferenciados possível para serem representativos e não podem ser especialistas superiores em contabilidade pública. Portanto, é preciso que os documentos sejam inteligíveis para a generalidade dos cidadãos e que não tenham a complexidade que estes têm, o que não quer dizer que o sistema não exista para fazer as contas por causa das correlações nacionais e até europeias. Mas, tem de se encontrar uma forma para fazer com que esta informação seja mais prática, mais acessível para que os cidadãos possam perfeitamente poderem discuti-la. Senão estamos a fazer uma pseudodemocracia de tecnocratas. Isto é uma nota que nada tem a ver com o concelho de Tondela.”

Continuou apresentando a declaração de voto, que se transcreve:

“Declaração de Voto – Votação na Prestação de Contas de 2020

“Analisamos aqui, não do ponto de vista das regras e técnicas contabilísticas estipuladas pelo SNC-AP, mas sim politicamente porque essa é a função essencial desta Assembleia, a Prestação de Contas apresentada pelo Executivo Municipal. Isso implica fazer um juízo político dos planos resultados conseguidos pela maioria que governa a Câmara Municipal em relação às políticas e planos aqui anteriormente aprovados, seus méritos e lacunas, para melhor satisfazer as necessidades dos munícipes, tendo em conta o Relatório de Gestão e os documentos relativos a demonstração de resultados de execução orçamental dos planos de atividades.

E, em consequência da nossa análise política do Relatório de Gestão e documentos complementares votamos contra, pelas razões que de forma sintética apresentamos:



1-Durante o ano não se vislumbram passos significativos para avanço de algumas políticas municipais fundamentais para o combate à perda de população no Concelho, de que citamos a título de exemplo o avanço de políticas de habitação e reabilitação urbana a preços acessíveis. Aprovou-se uma Estratégia Local de Habitação, já tarde demais e que só é obrigatória para obtenção de financiamento na linha 1º Direito, e passados quase oito meses ainda não se sabe de nada sobre as decisões do Instituto de Habitação ou sobre qualquer outra iniciativa da Câmara para disponibilização de habitação acessível. Até parece que se deixa o executivo da construção para a iniciativa privada, que sendo obviamente respeitável e bem-vinda tem como finalidade normal o lucro e não a satisfação de carências sociais relevantes, o que leva também à subida dos preços da construção e arrendamento privado como convém aos promotores.

2-Mesmo tendo em conta que as circunstâncias especiais constringedoras resultantes da Covid-19 poderão ter trazido algumas limitações á execução fácil dos PPI e GOP's, como em anos anteriores as consequências dos incêndios, não se justificam sucessivas baixas taxas de execução anual da cobrança de receitas e correspondente execução de despesas de capital com financiamento aprovado por fundos nacionais e comunitários face à dimensão da equipa politica e mais quatro vereadores a tempo inteiro e ao quadro de recursos técnicos e humanos da Câmara Municipal, pois:

a) Em termos da cobrança de receitas correntes regista-se que uma boa taxa de execução, +/- 96%, com subida de cobrança dos impostos diretos e das transferências certas da Administração Central. O que significa que, quer os contribuintes, quer o Governo, cumpriram as suas obrigações com o Município. A invocação da quebra do PIB nacional e das receitas do Turismo referidas na introdução ao Relatório de Gestão, são por isso descabidas para justificar o fraco cumprimento das suas obrigações pela Câmara Municipal de Tondela.

b) Já as receitas de capital efetivamente arrecadadas revelam uma inaceitável discrepância entre o executado que não passou de 25,83% do orçamentado por a Câmara não ter posto em execução atempadamente a generalidade das obras e com financiamento aprovado pelos Fundos Comunitários, de onde provêm a maior parte das receitas de capital. E, neste campo, sem execução não há recebimento. O que evidencia ter a estratégia eleitoralista de protelamento de lançamento de obras para fazer figura no final do mandato, que já aqui demostramos, deu muito mau resultado para os munícipes, como prevíamos. Claro que a Covid-19 ainda agravou mais a situação dos atrasos e



também os custos dos projetos, mas, a situação de agravamento de custos de obras no último ano de mandatos decorrente do grande número de obras postas a concurso é já bem conhecida há bastantes anos.

c) No campo da execução da despesa, a execução da despesa corrente atingiu uma percentagem de +/- 64,2%, essencialmente dependentes das despesas com pessoal e aquisição de bem e serviços, percentagem baixa, e sobretudo muito baixa nas funções sociais em ano de crise, mesmo com alguns apoios específicos concedidos para mitigar algumas consequências da Covid-19. Mesmo com algumas quebras de despesa ligadas à Educação decorrentes da suspensão das atividades letivas presenciais estamos também aqui perante mais um claro incumprimento daquilo que se propôs sem explicação explícita no relatório, até porque a execução não exige elaborada intervenção da administração política da Câmara.

d) Já a execução das despesas de capital, ficou-se por uns baixos cerca de 40%, em que se incluem amortizações de empréstimos e transferências de capital, ainda mais criticável já que a execução do Plano Plurianual de Investimento se ficou por 22,73%, quase 7% a menos que em 2019, sendo que este plano é o instrumento fundamental para o desenvolvimento do Concelho, que com este nível de execução fica comprometido. E a alegação de falta de verbas para suportar a execução não colhe pois foi possível mobilizar antecipadamente o saldo de gerência do ano anterior, facilitadas por iniciativa governamental com ratificação da Assembleia da Republica uma serie de atos de gestão dos presidentes de Câmara para aumentar a liquidez e rapidez de decisão dos municípios, para além de o Município de Tondela ter depósitos a prazo de 3 000 000€, que resultam de financiamento por empréstimo contraído em 2016 para execução de obras ainda hoje não executadas. Empréstimo de que paga juros sem que as populações tenham os benefícios que foram pressupostos para a contração de empréstimos.

3-Na Comunicação Social fez-se mais eco que a CMT com um saldo de gerência de mais de 8 000 000€ em 2020. Em nome do rigor de que se reclama o Relatório de Gestão será fundamental que não se queiram tirar dividendos políticos de uma pretensa associação dessa declaração ao que se passa numa empresa de direito privado, até porque nos mesmos termos contabilísticos o resultado liquido foi apenas um pouco superior a 800 000€

Em primeiro lugar, porque a natureza duma Autarquia Local como uma CM faz com que o seu objetivo essencial, independentemente da necessidade de ter uma gestão equilibrada, não seja ter lucro, mas sim proporcionar bem-estar aos seus munícipes. Em



segundo lugar porque o saldo de gerência transitado resulta da não execução de despesa paga a partir do saldo transitado do ano anterior, que já por si resultou em grande parte da não utilização de empréstimo contraído pelo Município acima referido.”

O membro Vera Machado tomou da palavra, com a intervenção que se transcreve:

“Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restante mesa,
Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Comunicação Social

Intervenho neste ponto da ordem do dia, e queria começar por realçar e sublinhar aquele que é um dos dados mais relevantes desta Prestação de Contas, falo da robustez financeira que o Município apresenta, e que após a aplicação do novo normativo contabilístico SNC_AP, obtém um Resultado Líquido do exercício do ano de 2020 no valor de cerca de 800 000,00€, e um saldo de gerência de 8 M€.

Portanto Senhor Presidente e restante executivo, obrigado pelo sentido de responsabilidade e de rigor na gestão da coisa pública, porque se gerir uma mercearia implica solidez económica da autarquia e opções estruturadas e bem consolidadas, continue.

Há por aí muitas merceariazitas pequeninas com execuções ditas brilhantes, mas com resultados líquidos miseráveis, já para não referir que o investimento desses estabelecimentos se resume a custo com recursos humanos, e o investimento na comunidade é mera propaganda falaciosa, porque neste caso não importa ser, importa parecer.

Reconhecidamente a taxa de execução da despesa situa-se nos 50%, é óbvio que poderia ser mais elevada, sim, mas é também por todos assumido que o ultimo mandato foi atravessado por 2 grandes tragédias e que, no ultimo ano em particular, fomos assolados por uma pandemia completamente desconhecida, com um impacto brutal na economia e na vida das pessoas e com consequências diretas no quotidiano das empresas e das instituições.

Passar uma esponja nestes factos, fingir que o PIB não teve uma queda abrupta e que o teletrabalho, o confinamento e o isolamento profilático não alteraram em nada a vida de uma autarquia é uma postura que se pode adotar apenas quando se está na oposição. Quem gere pessoas, expectativas e lidera uma estratégia de desenvolvimento

não pode agir em função de estados de alma, tem que ponderar e decidir com base em dados e factos objetivos.

Felizmente todos nós já não pensamos muito nos incêndios de 2017, talvez, porque e, pese embora tenham acontecido há cerca de 3 anos, a autarquia tenha conseguido ter uma resposta eficaz àquela tragédia para onde mobilizou todos os meios e recursos, e agora para alguns parece que esse inferno nunca aconteceu.

E caros deputados, algum cidadão compreenderia que os recursos autárquicos, quer humanos, quer patrimoniais, no último ano não estivessem focados no combate ao impacto da Covid-19?

Alguém que está nesta assembleia não tem clara noção que a somar à escassez de empresas na área da construção, as matérias-primas além de estarem com brutais atrasos na entrega, têm os seus preços inflacionados mais de 30%?

E quando se argumenta que o Governo ao contrário da Câmara Municipal cumpriu a sua função orçamental, é o quê?

E os apoios ao comércio que sofreram com confinamento que nunca foram dados ou ficaram embrulhados em burocracia? Ou foram os apoios que deram às IPSS'S já por si debilitadas e com esta pandemia quase colapsaram? Ou falam das linhas bancárias que nunca chegaram aos empresários com mais dificuldades?

Aí, e bem, o Município substituiu o Estado Central e apoiou os pequenos negócios, incrementou o comércio local e sobretudo direcionou muitos recursos, humanos e financeiros para apoio aos mais debilitados e às IPSS's.

Mas efetivamente são sempre prioridades e que cada um de nós, em determinado momento ou função tem que as fazer.

Ao argumento de que foi propositado a concentração de investimentos neste último ano de mandato por causa de uma agenda eleitoralista, resta-me elencar grandes obras estruturais que querem escamotear.

Se as obras de saneamento ao Caramulo, o Centro Tecnológico e de Empreendedorismo e a expansão das Zonas Industriais que se iniciaram ao longo dos últimos anos não são estruturais, então o que será?

Claro está que há obras estruturais e obras de proximidade, e certamente não terei que explicar a todos os autarcas aqui presentes o seu significado.

É que muitas das vezes nas costas dos outros vemos as nossas, diz-se por aí que há uma febre, e há, amarela, e tenta-se colar a imagem a este executivo de que há uma enormidade de obras de proximidade a decorrer por todo o território.



A questão que coloco é que será que isso é verdade para uns ou para todos?

O planeamento difere se for ou câmara municipal ou uma junta de freguesia?

Ou um bocado de alcatrão é eleitoralista e uma pintura e uns canteiros já é boa gestão autárquica?

Esse papel de vitimização e ingenuidade não é condizente com quem quer liderar os destinos do concelho.

Se há obras de proximidade, se há protocolos, se há pequenos investimentos é porque o executivo municipal foi capaz de ter uma boa gestão e solidez financeira, para que, a qualquer momento, tenha capacidade económica para melhorar realmente a nossa vida em comunidade.

Talvez por isso, e mesmo apelidando estas responsabilidades de circo, nunca tenham conseguido tomar as rédeas deste espetáculo.

Por tudo isto, o Partido Social Democrata votará favoravelmente esta prestação de contas.”

O senhor presidente da câmara interveio:

“Quero felicitar o Dr. Rui Santos, que teve um discurso alinhado com os senhores vereadores da oposição na câmara. Os argumentos que aqui trouxe, foram os que foram rebatidos na câmara, bastaria ler a ata para ter essa perceção.

Se hoje voltasse a ter que tomar opções, tomaria as mesmas opções. Quatro obras em concreto representam o valor dos fundos comunitários que estamos aqui a discutir. Se estas obras tivessem sido executadas no calendário previsto, muito do que está aqui a querer apontar, não tinha essa circunstância. Em 2018 o município já tinha os projetos do Centro Tecnológico, da Frente Ribeirinha, da Zona Industrial. Não fez as obras, e por muito que queiram perceber, foi porque a prioridade, a partir do dia em que houve o grande incêndio no concelho, foi apoiar as famílias e as empresas. Isso absorveu grande parte do tempo do ano de 2018 e inícios de 2019. Mas o senhor diz: “é um trabalho técnico, o senhor não precisava se envolver nisso”. Aí é que estamos em posições políticas diferentes e ainda bem como o senhor diz que há um projeto político diferente. É verdade, existe essa diferença. Se hoje tivesse que tomar as mesmas opções, colocaria na primeira linha das prioridades o apoio às famílias, eu e os presidentes de junta que com isto lidámos. Se hoje não temos uma crise social, uma crise emocional no concelho, é porque todos juntos soubemos em parceria, em articulação superar talvez o momento mais crítico da nossa história. Isso obrigou a tomar opções. Para se lançar uma obra, é preciso que haja equipas que façam apreciação técnica dos projetos, desenvolvem



informações para lançar procedimentos, que avaliem os concursos. Essas equipas estiveram a trabalhar em 124 famílias que precisavam as suas casas reabilitadas. É isto que não perdoo politicamente, os senhores não terem hombridade de reconhecer isto. É um ataque à dignidade das pessoas do nosso concelho. Digo isto de forma sentida. Façam política com outras coisas, não façam política com o sofrimento das pessoas.

Hoje ultrapassado este tempo, ninguém previa uma pandemia como tivemos, quando estávamos a começar em 2019, lançamos estas obras. A primeira foi a zona industrial, porque entre elas todas, a par da obra do Caramulo, era desejável que avançasse a zona industrial, foi isso que nós fizemos. Objetivamente que as culpas caiem em cima do presidente da câmara por não ter concretizado este plano ambicioso no tempo que era possível. Faria exatamente o mesmo de consciência tranquila, porque sabia que em primeiro lugar não estava a perder fundos comunitários. Nenhuma obra que não foi possível fazer naquele momento perdeu um cêntimo de fundos comunitários, agora estão a ser feitas. Não deixamos de fazer a escola secundária, a obra do Caramulo, a zona industrial e não deixamos de fazer obras de proximidade. Nunca, como neste mandato se atingiu o valor de contratos com as juntas de freguesia, assim como protocolos, que são superiores a sete milhões de euros. Nunca na história tivemos este poder de proximidade. Por isso estou perfeitamente à vontade para o juízo político. Estaria preocupado se o juízo fosse técnico, se não houvesse solidez nas contas da autarquia, se não tivesse um equilíbrio orçamental entre a despesa corrente e a receita corrente. Isso sim seria um ato de má gestão.

Habitação acessível? Já fiz o mesmo repto e volto a fazê-lo. Diga-me à volta do concelho de Tondela, nos últimos cinco anos, quais foram os projetos de renda acessível ou de habitação custos controlados que foram desenvolvidos. O senhor deveria saber que durante estes anos, o Instituto Nacional de Habitação, a Secretário de Estado da Habitação que, entretanto, foi remodelada, não tinham instrumentos para cofinanciar programas de habitação nos termos que até então tínhamos tido. Desde quando é que passamos a ter estes instrumentos? Desde que foi criada a nova legislação em finais de 2019 e é por isso que em 2020 o município de Tondela foi dos primeiros a aprovar a sua estratégia local de habitação que está nas mãos do IRHU desde novembro, não por falta de pressão para resolver esse problema. Assim que venha a estratégia local de habitação, cá estaremos na primeira linha para defender o investimento de todos aqueles que queiram fazer habitação de renda acessível ou custos controlados.



Protecionismo? Era se fechássemos a porta àqueles que nessas condições quisessem investir. Não somos contra o investimento privado. Não deixamos de apoiar todos aqueles que queiram investir no nosso concelho, porque todos são cá precisos. Ao contrário de alguns períodos anteriores, onde tínhamos um ou outro grupo económico, hoje felizmente temos quatro grupos económicos a investir em habitação e desejamos mais. Desejamos que haja habitação a custos controlados, que haja mais mercado de arrendamento. E tomaremos iniciativa em breve sobre isso, mas só agora com a legislação criada, em particular com a estratégia local de habitação e as linhas de financiamento. Espero que o PRR não fique na grande Lisboa e no grande Porto, só para alimentar programas de habitação em bairros periféricos de Lisboa e que não haja um instrumento nacional para todos os concelhos que possam aceder a habitação a custos controlados. Essa deveria ser a batalha desta assembleia, exigir que o PRR se alargue a todo o país. Isto é que é ter visão estratégica para todo o território, o resto é retórica que compreendo pela circunstância do momento e pelo interesse eleitoral que ele trás.

Senhor deputado, o senhor diz que os contribuintes e o governo cumpriram as suas obrigações. Desde já reconheço que o governo começou a cumprir a proximidade da observação da Lei das Finanças Locais, mas ela hoje não está devidamente cumprida. Mas, quero dizer que o município também cumpriu com os munícipes, tratou da recolha de resíduos sólidos urbanos, que lhe custa mais de um milhão de euros por ano. O município tratou de iluminação pública, que lhe custa um milhão e meio de euros por ano. O município tratou das funções sociais e não são menores como o senhor diz, tendo os custos aumentado neste mandato. O município não deixou de ter respostas de transportes públicos necessários para a coesão territorial. O município tratou dos munícipes quando faz os protocolos que faz nas freguesias. Por isso quero dizer-lhe que é por essa razão e por ter respeitado os munícipes que não temos receio da avaliação que os munícipes farão do nosso juízo e do nosso exercício. Muito obrigado.”

O membro Rui Santos interveio:

“Senhor presidente da assembleia,

Senhores membros da assembleia;

Senhor presidente da câmara.

Em primeiro lugar, queria dizer ao senhor presidente da câmara que será melhor ler o que li aqui, para ver se por acaso não se distraiu ou ouviu mal, pois se calhar pode ser das condições de transmissão. As séries de coisas que o senhor esteve a referir agora, são ao contrário daquilo que eu disse.

Em segundo lugar queria dizer-lhe que não somos nós que estamos a usar o sofrimento das pessoas, em termos políticos. O senhor é que está a usar, quando nos está a querer acusar de não nos importarmos do sofrimento das pessoas vítimas do incêndio. Nunca fizemos isso. Queria lembra-lhe que a câmara teve evidentemente um papel importante, como tiveram as outras, mas nunca houve em situações como esta decisões tão rápidas a nível da administração central, para encontrar meios e disponibiliza-los para que se pudesse fazer as obras. É bom que se tenha em conta isso. E sobretudo é bom que se tenha em conta que a capacidade, a esperteza e o conhecimento não é só de nós próprios, os outros se calhar também têm. O senhor não pode afirmar, como ninguém pode afirmar, que nós faríamos melhor. Mas o senhor não pode afirmar que outras pessoas fariam pior. Não há iluminados ou abençoados por um Deus menor, por aí, quando estamos nestas coisas. Todos temos as nossas capacidades, as nossas incapacidades, os nossos conhecimentos, a nossa falta de conhecimento. Estamos cá todos a ter opiniões diferentes e achar que se pode fazer melhor assim. Também não vale a pena evocar que há sete milhões em protocolos com as freguesias. Eu achava muito melhor que eles tivessem sido começados a ser distribuídos há quatro anos. Não tenho nada contra que se faça. Se é mais fácil fazer pelas freguesias, alias é o princípio da subsidiariedade, dê-se o dinheiro às freguesias para fazer e isso estamos de acordo. Agora é bom que as coisas se façam. Agora não estamos aqui a aplaudir, como algumas vezes, as decisões da câmara, quando achamos que pode ser feito mais e melhor. Quando achamos que está bem, sempre o dissemos.

Quanto ao meu alinhamento com os senhores vereadores, não sei se fui eu que alinhei com os vereadores ou os vereadores que alinharam comigo. O senhor não sabe. Pode ter sido ao contrário. É normal um partido político que tem uma representação na assembleia municipal, que tem um presidente da Comissão Política, que está aqui agora a falar, e que tem vereadores do Partido. Vereadores que foram eleitos, por isso têm autonomia para defender os seus pontos de vista, mesmo que eu não subscreva, eles têm esse direito, foram eleitos, não foram só indicados pelo partido. É perfeitamente normal que em coisas fundamentais haja posições próximas, por isso é que há partido políticos.”

Colocado à votação a prestação de contas foi aprovada por maioria com os votos contra dos membros: Rui Santos, Alfredo Cabral, Carlos Viegas, Fernanda Ribeiro e Francisco Coutinho; absteve-se o membro Mário Simões e votaram a favor os membros: Carlos Cunha, Vera Machado, José Manuel Mendes, Abílio Santos, Ana Miroto, Cristiana Ferreira, Teresa Felgar, Sérgio Rodrigues, Patrícia Henriques, António

Almeida Dias, Guilherme Duarte, António José Figueiredo, Regina Coimbra, Nelson Almeida, Belmiro Gomes, David Fernandes, Adérito Ribeiro, Ana Maria Leão, Luciano Costa, Firmino Melo, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Agnelo Laranjeira, Carlos Coimbra, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2.3. Análise, discussão e votação da 3ª Alteração Orçamental Modificativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2021

O senhor presidente da câmara explicitou:

“Senhor presidente.

Esta alteração tem três ou quatro razões que se prendem desde logo, introdução de uma nova rubrica, um novo projeto, que tem a ver, na área social com o apoio em despesas corrente a IPSS's. Tínhamos até agora investimento de capital para investimento, o município pretende ter uma resposta de apoio à situação crítica que algumas IPSS's estão a ter. Como é sabido, ao longo dos últimos anos, nomeadamente no apoio domiciliário, há um conjunto de IPSS's que estão a ter uma resposta muito superior aos utentes que têm protocolados com a Segurança Social. A Segurança Social não tem vindo a atualizar os acordos, e, portanto, havendo vontade do município em dar esse apoio, ou atribuir esse apoio, há uma questão de classificação orçamental, e, portanto, é essa a razão.

A segunda nota, também tem a ver com despesas associadas à operação do FAM que iremos ver a seguir, e que tem encargos plurianuais, razão pela qual também vem à assembleia.

Depois trata-se em alguns casos de ajustamentos plurianuais, e num caso em concreto um acerto da receita de um valor próximo de 140 Mil euros que advém de correções da receita isto porque, como é sabido, as receitas são calculadas com base nas médias dos últimos anos e sempre que há um incremento ele só se vai verificar à frente, e por correção, nunca poderia ser por bonificação, porque o princípio de elaboração orçamental determina que essas verbas sejam feitas tendo em conta a média dos últimos anos e não a antecipação da receita vindoura, mesmo que ela já fosse conhecida.

Portanto, basicamente, são essas as razões de fundo que aqui estão, além de ajustamentos que aí estão refletidos. “

Colocada à votação a 3ª alteração orçamental modificativa, foi aprovada por maioria com as abstenções dos membros: Rui Santos, Fernanda Ribeiro e Francisco Coutinho e votaram a favor os membros: Carlos Cunha, Vera Machado, José Manuel Mendes, Alfredo Cabral, Abílio Santos, Ana Miroto, Cristiana Ferreira, Teresa Felgar, Sérgio Rodrigues, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, António José Figueiredo, Regina Coimbra, Nelson Almeida, Belmiro Gomes, David Fernandes, Adérito Ribeiro, Ana Maria Leão, Luciano Costa, Firmino Melo, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Agnelo Laranjeira, Carlos Coimbra, Mário Simões, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2.4. Apreciação do Inventário de bens e direitos patrimoniais

Não houve intervenções.

2.5. Análise, discussão e votação da alteração ao Regulamento de Benefícios Fiscais e do Investimento do Município de Tondela

O senhor presidente da câmara tomou da palavra:

“Senhor presidente da assembleia, as razões de facto nesta correção pontual, tem a ver com duas ordens de razões. Primeiro garantir que os benefícios que venham a ser atribuídos ao investimento não possam ser duplamente financiados. Admitamos que determinada empresa também se candidata a fundos comunitários ou outro qualquer instrumento de apoio ao seu investimento, os investimentos colocados na esfera de apoio do município, nomeadamente nas infraestruturas de serviço ao lote, se tiverem esse benefício, sejam terraplanagens, sejam infraestruturas básicas, se são financiados no quadro do município, então a empresa tem de expurgar esses trabalhos em hipotética e futura candidatura a outros instrumentos financeiros. Portanto, esta é uma nota que também é importante.

A segunda prende-se com a necessidade de o apoio tanto poder ser executado por meios próprios do município, falo em concreto de uma infraestrutura, numa drenagem, numa terraplanagem, num muro de suporte, ou, perante mapa de trabalhos validado pelos serviços técnicos e fiscalizados esses trabalhos pelos serviços técnicos, tais trabalhos poderem ser desencadeados e desenvolvidos pelo investidor, e, naturalmente

ser suportado esse custo através das normas de regulamento no apoio a esse mesmo projeto de investimento.

Em boa verdade, são estas as duas linhas dominantes que aqui estão presentes nesta, diria eu, melhoria cirúrgica pontual do nosso regulamento de apoio ao investimento.”

O membro Rui Santos interveio:

“Senhor presidente da assembleia, restante mesa, senhores deputados, senhor presidente da câmara, senhores deputados e cidadãos que estejam porventura a ver e a ouvir.

Iremos abster-nos nesse ponto por uma razão muito simples. Achamos bem a alteração ao regulamento, subscrevemos a alteração, no sentido de evitar a sobreposição de apoios da Câmara e de Fundos Comunitários. Esteve sujeito a discussão pública, não tendo sido levantadas objeções.

Preferiríamos que a execução de obras com o apoio da Câmara não fosse sempre, ou normalmente, convertida em dinheiro no caso de não haver possibilidade de se fazer com pessoal. Às vezes, acontece que não sei porquê as faturas acabam sempre por concorrer com montante daquilo que é o máximo de financiamento da câmara, de qualquer maneira. Mas, desde que sejam, e é importantíssimo que sejam assegurados mecanismos de prestação de provas, que provem que de facto aquele dinheiro teve aquela finalidade específica, e até seria bom que houvesse mais uma proposta apresentada pela empresa que vai ser beneficiada.

De qualquer modo, também achamos que é importante captar o investimento, pelo que não se devem criar excessivas dificuldades. Mas lembramos que isto tem um efeito, o facto de o dinheiro ser transferido para as empresas, vai fazer com que parte do IVA seja dedutível, receita que poderia ser eventualmente do município. Aliás, em circunstâncias complicadas isso foi argumento para ajudar a condenação dos responsáveis autárquicos aqui deste município, ainda que não na mesma circunstância”

Colocado à votação a alteração ao regulamento foi aprovada por maioria, com as abstenções dos membros: Rui Santos, Alfredo Cabral, Fernanda Ribeiro, Mário Simões e Francisco Coutinho e votaram a favor os membros: Carlos Cunha, Vera Machado, José Manuel Mendes, Abílio Santos, Ana Miroto, Cristiana Ferreira, Teresa Felgar, Sérgio Rodrigues, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, António José Figueiredo, Regina Coimbra, Nelson Almeida, Belmiro Gomes, David Fernandes, Adérito Ribeiro, Ana Maria Leão, Luciano Costa, Firmino Melo, José

António Dias, Luís Fernando Pereira, Agnelo Laranjeira, Carlos Coimbra, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2.6. Análise, discussão e votação ao aditamento do empréstimo no âmbito da recuperação das habitações não permanentes afetadas pelo incêndio de outubro de 2017

O senhor presidente da câmara interveio:

“Em 24 de junho de 2020, celebrámos, com o FAM (Fundo de Apoio Municipal), uma proposta de empréstimo, visando a reabilitação ou apoio à reabilitação das segundas habitações. Se bem se lembram, esse modelo de apoio pressupõe uma corresponsabilização também dos beneficiários, ou seja, pressupõe que até 50 000€ o apoio seja de 50%, se o investimento for de 50 000€ a 75 000€, a parte remanescente tem parte de 40% até 50% e assim sucessivamente. Dito isto, este modelo pressupõe que o apoio só se concretize depois de o privado ter entrado com a sua contraparte, eu sublinho isto por me parecer ser importante que se percecione que o objetivo é apoiar quem mesmo quer recuperar, e não quem queira iniciar uma recuperação e depois não a conclui-se. Ora, remetemos este contrato ao processo de visto do Tribunal de Contas, nos termos da lei e, a exemplo do que dois outros municípios antes o haviam feito, nas mesmas condições. Quem forneceu a minuta do contrato foi o Fundo de Apoio Municipal (FAM). Por razões que tem a ver, em sede de apreciação, o Tribunal de Contas sugeriu, se assim o quisermos dizer, que o município ponderasse a reformulação da 6ª cláusula desta adenda, razão pela qual o protocolo, agora aqui vem com esta cláusula reformulada e que, portanto, que tem a ver com o ajustamento também dos compromissos dos encargos futuros. Ora, isto foi comunicado ao FAM, que articulou com o Tribunal de Contas a este nível. Razão pela qual se traz hoje aqui esta melhoria, digamos, ou esta alteração pontual nesta cláusula, para que, ultrapassada esta questão, o processo seja de novo remetido ao Tribunal de Contas e, assim o esperamos, brevemente estejam disponíveis estes recursos e as famílias possam vir assinar os respetivos modelos de apoio e, conseqüentemente, quem o desejar, concretizar o plano de intervenção que estava previsto.”

Colocado à votação o aditamento do empréstimo foi aprovado por unanimidade com os votos dos membros: Carlos Cunha, Rui Santos, Vera Machado, Alfredo Cabral, José Manuel Mendes, Abílio Santos, Ana Miroto, Fernanda Ribeiro, Cristiana Ferreira, Teresa Felgar, Sérgio Rodrigues, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, António José Figueiredo, Regina Coimbra, Nelson Almeida, Belmiro Gomes, David Fernandes, Adérito Ribeiro, Ana Maria Leão, Luciano Costa, Firmino Melo, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Agnelo Laranjeira, Carlos Coimbra, Mário Simões, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2.7. Análise, discussão e votação da reafecção de verbas e dos investimentos, inerentes à contratação de empréstimo até 3 000 000€

O senhor presidente da câmara tomou da palavra:

“Em dezembro de 2020, a câmara aprovou o início de um procedimento de consulta às entidades bancárias, visando a contração de um empréstimo para investimento. Nessa altura, nos termos da Lei, o documento que foi presente à câmara identificava em concreto quatro investimentos e que os distribuía da seguinte forma; esse empréstimo, até ao montante de 3 000 000€, visava então financiar parte da obra das termas de Sangemil em 1 100 000€, visava financiar o corredor de requalificação entre a Naia e o cruzamento para Lobão da Beira em cerca de 700 000 000€, visava financiar a beneficiação dos arruamentos no Caramulo e Praças em meio milhão de euros e finalmente, também incorporava o financiamento da obra de requalificação urbana de Campo de Besteiros na Av. João Almiro e envolventes à Escola Básica 2.3. num montante de 700 000 000€. Portanto, nessa altura o que esteve em cima da mesa foi, a Câmara iniciar um processo de consulta nos termos processuais.

Se nada tivesse havido, neste período, em contrário, à data de hoje nós estaríamos aqui com um relatório de análise, uma minuta de contrato, submetendo estes documentos à Assembleia Municipal. Ocorre que, desde essa altura de dezembro, até à data de hoje, houve algumas evoluções, e explico quais. Desde logo porque sempre dissemos que este montante de contração de empréstimo prende-se, nuns casos com obras objeto de candidaturas a fundos comunitários, noutras nem por isso, não há

enquadramento, mas naquelas que são objeto de candidatura a fundos comunitários, sempre o dissemos que, se vierem a existir taxas de apoio ou financiamento superiores àquelas que hoje são conhecidas, naturalmente que o contrato que temos à nossa frente, teria uma outra referência nos pontos seguintes, o que permitiria a antecipação de prestações inerentes ao incremento que viesse desse apoio.

Ora, dito isto, na data de hoje há um dado novo que se chama USF Tondela. A USF Tondela tem um valor, neste momento, de investimento, objeto de concurso público, cerca de 1,6 Milhões de euros, e a pergunta é: qual o cofinanciamento comunitário para esta obra? Já de manhã aludi a esta questão, e ao contrário do que se faz querer, há obras que sendo mapeadas, ou seja, têm regulamento próprio, a taxa de financiamento não é 85%, pode vir a ser, hoje não o é. A taxa de financiamento, no caso em concreto para esta obra na área da saúde corresponde, em boa verdade, a um valor padrão de cerca de 600€ m². Ora, o edifício da USF / Centro de Saúde Tondela tem cerca de 1000m² o que, feitas bem as contas, tem uma receita potencial, note-se que ainda pode haver aqui trabalhos não elegíveis, mas tem uma receita potencial, quanto muito de 600 mil euros. Ora, se a obra custa 1 557 000€, portanto, o grosso modo 1 600 000€, e se tem uma taxa de financiamento que neste momento ronda os 600 mil euros, quer dizer que falta 1 milhão. O mesmo montante, sem fugir desse montante dos 3 milhões, reafectando em função de uma nova distribuição. O que é que aqui trazemos? É essa reafecção para que a minuta de contrato que há de vir à frente já tenha em consideração a reafecção destes investimentos.

A ser assim, nós vamos manter o mesmo montante de 1 milhão e seis mil euros nas termas de Sangemil, note-se que as termas de Sangemil foram objeto de uma candidatura a eficiência energética cuja receita se estima entre 400 / 500 mil euros. A obra ronda 2 milhões de euros, o que quer dizer que há aqui um défice de financiamento, para já, se amanhã o PRR vier a entender que isto é financiável por outra razão qualquer, pois muito bem este valor que está imputado a este empréstimo automaticamente seria liquidado, portanto, é para financiar investimento comunitário. Um milhão e cem mil euros, estamos a ajustar o valor de 700 para 600 mil nesta obra da Naia, não sabemos se num futuro próximo haverá alguma fonte de financiamento no âmbito dos PAMUS, que são planos para ação da mobilidade urbana sustentável. Como sabemos, a transição energética, a descarbonização, estão presentes no PRR. Neste momento nada é conhecido, portanto, nós estamos aqui a prever afetar 600 mil, de 700 passa para 600 nesta obra, na obra do Caramulo, que é de requalificação urbana baixamos também o



valor dos 500 para 400 mil, deixamos de ter aqui financiamento para a obra de Campo de Besteiros, portanto, financiá-la-emos com recurso a capitais próprios, e alocamos 900 mil euros à obra da USF Tondela. Repito, se a taxa de financiamento desta USF passar a ser superior àquela que hoje é, e que só se estime que seja de 600 mil euros, naturalmente que tudo o que venha acima dos 600 mil euros, venha aumentar o financiamento, é depois amortizado no empréstimo.

Portanto, dito isto, este empréstimo que aqui se traz reafecta de que forma; um milhão e cem mil para a obra de Sangemil, 600 mil euros para a requalificação de Naia – Lomba, 400 mil euros para a requalificação urbana no Caramulo e 900 mil euros para a USF Tondela, os três pontos que vamos ter a seguir são sequenciais, o primeiro é de reafecção, o segundo é de autorização pela circunstancia destes investimentos serem mais de 10% do valor do plano anual de investimento, e depois, o ultimo que virá nesta matéria, esse sim, é que se prende com as condições de contrato, com o relatório de análise e com a minuta do próprio contrato. Não me antecipando, senhor presidente, quis justificar o porquê desta reafecção, ou seja, nos mesmos termos dos valores que antes o município pretendia contrair para investimento, agora pretende reafecta-los, e a razão forte tem a ver com esta circunstância de termos a obra da USF sem este cofinanciamento.

Acrescento aqui o seguinte, algumas destas obras já estão em fase de concurso, no caso da Naia ainda não está em fase de concurso, mas há uma coisa que é verdadeira, para que estas obras fossem lançadas em concurso, e tiveram de ser lançadas em concurso algumas em abril, porque era o prazo para assunção da candidatura, eu explico-me melhor, se obras como a USF Tondela não tivesse sido lançada em concurso em abril, não tinha condições para se posicionar no concurso de financiamento onde ela se posicionou. Ora, isso levou-nos a ter que, através de uma alteração orçamental reafectar verbas, deixando por isso outras rúbricas, hoje sem o necessário suporte para o seu processo de investimento. Explico-me de forma objetiva, nós, neste momento tivemos que reafectar verbas de uma nova fase que estamos a preparar para as Zim do Lajedo, que tem a ver com a unificação de lotes envolventes à Brose, para que esses valores dessem cobertura ao lançamento do concurso da USF Tondela. Assim que venha a obtenção deste empréstimo, naturalmente que já ficaríamos com disponibilidade orçamental para novamente reafectar verbas na ZIM do Lajedo.

Na área social, nós temos a expectativa de ter alguns projetos aprovados no concelho e, em relação a essas instituições, sabemos bem das dificuldades delas, estamos

disponíveis para ajudar e compartilhar em determinada fatia a sua respetiva contrapartida nacional. Se não tivermos esta operação de financiamento não podemos libertar os nossos capitais, que advêm de receitas do município para esta função. Portanto, para sermos claros, a operação que estamos a discutir também tem um propósito que é alavancar financeiramente o município para suportar desafios noutras áreas, que, não sendo de investimento, mas sendo de apoio a investimento de associações, se assim não fosse ficariam sem essa possibilidade. Portanto, o que se pretende aqui é uma reafectação para quatro obras de investimento nos termos que eu aqui propus e da forma que descrevi, senhor presidente.”

O membro Rui Santos interveio:

“Senhor presidente da mesa e da assembleia, senhor presidente da câmara.

Desculpem-se, só fazer aqui uma nota ao senhor presidente da câmara em respeito à habitação, eu julgo que o senhor tem conhecimento que Viseu tem um financiamento aprovado e até já fez as obras no Bairro da Balça. Que cerca de 800 milhões de euros já estão mais ou menos comprometidos. Estão entregues pelo Instituto de Habitação a 27 ou 28 municípios do país, do Algarve ao Norte, no âmbito da estratégia de habitação.

Em relação a estes três pontos seguidos, nos vamos votar contra por duas razões essenciais. Este empréstimo se for celebrado agora, estará quando muito em possibilidade de disponibilidade lá para agosto. Há-de ir a Tribunal de Contas. O que quer dizer que estamos a assumir, a câmara, município, o encargo que só pode ser utilizado já em cima das eleições, pode haver ou não haver nenhuma alteração, mas é natural que mesmo mantendo-se um presidente de câmara haja alterações de equipa, porque as câmaras são equipas, não são presidentes de câmara e são é um órgão coletivo. E, pode haver, obviamente visões diferentes até em função da circunstância, portanto, estamos aqui a assumir um compromisso em cima de eleições, o que me parece que não é desejável. Estas obras, como agora o senhor presidente da câmara já explicou, já têm financiamento, porque elas tinham de o ter assegurado para serem colocadas a concurso, por causa da lei dos compromissos. Portanto, o que está em causa neste momento, não me parece que justifique de modo nenhum a necessidade de contratação deste empréstimo, neste momento. É um empréstimo que corresponderá, em princípio, no mínimo, a 300 mil euros de encargo anual para amortização. Disse que até pode haver taxas negativas, pois, não sei é por quanto tempo, mas a amortização terá de ser feita. Agora a Euribor está como está, portanto pode haver uma taxa negativa, mas por acaso não vejo as instituições financeiras como beneméritas e andar a dar dinheiro

de borla e a pagar para dar dinheiro, isso é em termos dos grandes investidores, a pagar para dar dinheiro aos municípios. De modo que se calhar isso qualquer dia muda e as taxas de juro é uma coisa e spreads é outra. Esta é uma questão.

Por isso mesmo, não nos parece que seja neste momento razoável estar a contrair este empréstimo. Não temos nada contra a contratação dos empréstimos, desde que sejam para fazer obras necessárias, e os empréstimos fazem-se para se utilizar. Por isso não percebo porque é que se está a contrair neste momento, quando pode ser um processo que pode correr daqui a três ou quatro meses, é esta a questão de fundo e isto leva-nos a votar, e votaremos contra os três pontos, uma vez que eles são todos relacionados, e todos têm a ver com o empréstimo.”

O membro Vera Machado interveio:

“Reitero os cumprimentos,

Junto na minha intervenção os três pontos referentes à contração do empréstimo até 3M€ por entender que estão todos relacionados e que há sobretudo um ponto de discussão essencial, os investimentos.

Em dezembro último o Senhor Presidente da Câmara Municipal submeteu a reunião de Câmara o desencadear o processo de consulta de entidades bancárias e posterior contração de empréstimo, com o propósito de financiar um conjunto de investimentos com baixa participação de fundos comunitários.

Face à alteração de alguns pressupostos, o executivo decidiu levar à deliberação da câmara e agora à Assembleia Municipal a reafectação dessas verbas a outros investimentos e em valores diferentes.

Assim o reposicionamento, e o empréstimo será para a reabilitação e ampliação do Balneário Termal de Sangemil que já estava previsto, o valor afeto à requalificação urbana Naia/Lomba no âmbito do PAMUS diminui tal como os arruamentos no perímetro urbano do Caramulo e junta-se a este pacote de investimentos, a reabilitação do centro de saúde de Tondela, cujo custo global ascende a 1,6M€.

E caros deputados, a questão de fundo é:

Esta Assembleia concorda ou não com estes investimentos?

Convém salientar que a USF de Tondela, uma “suposta” obra governamental mais não é que um embuste, pois a Câmara Municipal foi a uma candidatura a fundos comunitários aberta para o efeito e o financiamento é de 600 000,00€, porque os custos padrão são de 600,00m2, ficando a faltar 900 000,00 que o Município terá que suportar.

A decisão é simples, a aprovação do empréstimo é sinónimo da concretização destes investimentos, há por isso que assumir neste fórum se os apoiam ou se são contra.

Não basta vestir o papel solidário junto das populações e desferir ataques permanentes sobre algumas obras se, e quando há oportunidade de as concretizar, se vota contra.

Resta-me concluir que não há vontade política para engrandecer o concelho e consolidar a coesão territorial tão patente nestes investimentos, quer no âmbito, quer na localização.

O Grupo Parlamentar do PSD votará favoravelmente a contração deste empréstimo.”

O senhor presidente da câmara, tomou da palavra e respondeu:

“O senhor deputado Rui Santos invocou ainda uma questão do ponto anterior e eu fui claro no que disse no ponto anterior. O Bairro da Balsa não é oferta de nova construção de habitação a renda acessível, é requalificação urbana, eu sei o que disse e nos termos em que o disse. O que está hoje a ocorrer é a celebração de contratos de apoio à habitação apoiados na nova estratégia local de habitação e na regulamentação existente, eu fui claro quando disse, deem-me exemplos de projetos que tenham surgido de habitação a custos controlados. Sei o que disse e é só um parêntese sobre essa questão.

A questão, objetivamente, que aqui estamos a discutir é muito simples. A Vera tocou na questão e bem, de que este investimento ou este empréstimo é para se associar a obras de investimento. Se o município não tivesse iniciado a operação de contração de empréstimo em dezembro, naturalmente que a candidatura à USF Tondela não teria prosseguido. Quando reafectamos verbas de praticamente 1 milhão de euros para esta obra, é no propósito de que com este empréstimo possamos libertar as verbas onde elas agora foram retiradas.

Mas, deputado Rui Santos, vamos ser práticos na questão. Como sabemos, numa operação de empréstimo para investimento, só pode ser libertado o empréstimo à medida que a obra for avançando. Portanto, primeiro não é verdade que todas as obras já têm cabimento. É a tal questão de, por vezes não se ouvir tudo, que a obra da Naia não está cabimentada. Segunda questão, fazendo fé nesse princípio e preocupado que está com a proximidade de um ato eleitoral, a questão é simples, se quem vier a governar não pretende usar o empréstimo, só tem uma coisa a fazer, tem um período de carência e, naturalmente, poderá deixar de o usar. Portanto, pressa era não ter feito isso e isso é que seria um ato errado de gestão que é perceber que neste momento há um conjunto de

obras que tem uma taxa de financiamento muito reduzida e não equacionar acautelarem os recursos necessários para acompanhar a tesouraria no desenvolvimento dessas obras, isso é que seria um ato irresponsável.

Agora, é a proximidade às eleições! Oh senhor membro da assembleia, em boa verdade, se o presidente da câmara ou câmara, o seu executivo, estivessem preocupados com os calendários eleitorais não estaria neste momento a contrair um empréstimo, se isso era matéria que na sua ótica diminui a sua legitimidade, então mas a Câmara está diminuída neste momento para tomar um ato legítimo de contração de empréstimo para um investimento, ao mesmo tempo que está diminuída também para executar uma USF ou lançar uma obra destas? Está diminuída, ou está diminuída só para contrair o empréstimo e não está diminuída para fazer a obra? Vamos lá todos ter calma. A questão objetiva é o seguinte, aos senhores é que lhes interessa ter uma postura política contra uma operação de empréstimo, por esta razão, eu volto a dizer, se a preocupação é essa que aqui está a exprimir, não se preocupe porque a USF até vir e não vir, até ter o visto do Tribunal de Contas, estamos em setembro, portanto, até ao ato eleitoral quase de certeza que não terá execução orçamental, portanto, não tenha dúvidas que tem aí um caminho bom para isso. E, sobre as termas de Sangemil, também é uma obra que vai para concurso público e, portanto, também pelas mesmas razões e não diga que é por tacticismo ou interesse da câmara não há prazo objetivo daqui até lá, por isso essa é uma não questão. Portanto, não vejo questões sobre isso. Uma última nota, a capacidade de endividamento do município á data de hoje são 21,2 milhões de euros, claro que depois existe aí uma Lei travão e um conjunto de condicionantes, que vem disponibilizar para mais endividamento uma fatia desse montante, mas se não existisse a lei travão, a capacidade de endividamento hoje do município são 21,4 milhões.

Mas quero dizer mais, em fundos comunitários, nós, por acaso, fomos a uma operação de empréstimo convencional, porque quer o balneário termal, quer a USF e a eventual situação da Naia, tendo uma fatia residual que fosse de fundos comunitários, poderiam ir ao BEI (Banco Europeu de Investimento), e concomitantemente não seriam relevantes estes empréstimos para a capacidade de endividamento mas, nós quisemos ir por este caminho, refleti-las aqui para que precisamente não houvesse o argumento político de estarmos aqui a camuflar a capacidade de endividamento através do mecanismo BEI. Portanto, quero deixar isto muito claro: tranquilidade absoluta nesta clareza de argumentos. Se o objetivo é político, então se não há legitimidade para

contrair empréstimos, então também não há legitimidade para executar obras. Vamos ser claros, esse argumento não existe, o argumento é de gestão e no quadro da boa gestão, esta opção garante-nos ter disponibilidade orçamental para acompanhar projetos de investimento, nomeadamente de IPSS's, que depois se candidataram a operações no âmbito do PARES e que, por esta razão, o município tem os seus recursos para os afetar aí, enquanto estes do empréstimo vão diretamente para o investimento.

A reafecção de verbas e dos investimentos inerente à contratação de empréstimo até 3 000 000€ foi colocado à votação, tendo sido aprovado por maioria, com os votos contra dos membros: Rui Santos, Alfredo Cabral, Fernanda Ribeiro e Francisco Coutinho, absteve-se o membro Mário Simões e os votaram a favor os membros: Carlos Cunha, Vera Machado, José Manuel Mendes, Abílio Santos, Ana Miroto, Cristiana Ferreira, Teresa Felgar, Sérgio Rodrigues, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, António José Figueiredo, Regina Coimbra, Nelson Almeida, Belmiro Gomes, David Fernandes, Adérito Ribeiro, Ana Maria Leão, Luciano Costa, Firmino Melo, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Agnelo Laranjeira, Carlos Coimbra, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2.8 Análise, discussão e votação da autorização prévia dos investimentos a serem financiados no empréstimo MLP (nº 2 do artigo 51 da Lei nº 73/2013 de 3 de setembro, na sua atual redação)

Não houve intervenções.

Colocada à votação a autorização prévia dos investimentos a serem financiados no empréstimo foi aprovada por maioria, com os votos contra dos membros: aprovado por maioria com os votos contra dos membros: Rui Santos, Fernanda Ribeiro e Francisco Coutinho, absteve-se o membro Mário Simões e votaram a favor os membros: Carlos Cunha, Vera Machado, José Manuel Mendes, Alfredo Cabral, Abílio Santos, Ana Miroto, Cristiana Ferreira, Teresa Felgar, Sérgio Rodrigues, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, António José Figueiredo, Regina Coimbra, Nelson Almeida, Belmiro Gomes, David Fernandes, Adérito Ribeiro, Ana Maria Leão, Luciano Costa, Firmino Melo, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Agnelo Laranjeira, Carlos Coimbra, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro e Paulo Roberto Carvalho.



Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2.9. Análise, discussão e votação da Aprovação do Relatório de Análise de Propostas para a contratação do Empréstimo para Investimentos até 3.000.000€

O senhor presidente da câmara interveio:

“Só dizer que proposta ou melhor, que o modelo de consulta, a exemplo do empréstimo que anteriormente se havia desenvolvido, aceitava na primeira opção, digamos, como proposta, que a taxa de juro somatório Euribor mais spread acompanhasse a Euribor, mesmo que esta fosse negativa, portanto essa era a condição e só admitia propostas variáveis se este lote ficasse vazio. No caso concreto houve uma proposta nestas condições, em que a taxa de juro é o somatório de Euribor mais spread, mesmo que a Euribor seja negativa, como é o presente momento, razão pela qual o relatório evidencia essa apreciação e análise meramente técnica. Sublinho só que, a aprovação deste ponto, além da proposta do relatório, também inclui a aprovação dos compromissos plurianuais relativos à contratação deste empréstimo, que é documento que está anexo e faz dele parte integrante. Portanto, no fundo, neste ponto, estamos a aprovar um relatório de contratação de empréstimo, nas condições desta proposta que aqui está e, ao mesmo tempo, também, a aprovar os compromissos plurianuais relativos ao mesmo empréstimo.”

Colocado à votação a contratação de empréstimo até 3 000 000€ foi aprovada por maioria com os votos contra dos membros: Rui Santos, Fernanda Ribeiro e Francisco Coutinho, absteve-se o membro Mário Simões e votaram a favor os membros: Carlos Cunha, Vera Machado, Alfredo Cabral, José Manuel Mendes, Abílio Santos, Ana Miroto, Cristiana Ferreira, Teresa Felgar, Sérgio Rodrigues, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, António José Figueiredo, Regina Coimbra, Nelson Almeida, Belmiro Gomes, David Fernandes, Adérito Ribeiro, Ana Maria Leão, Luciano Costa, Firmino Melo, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Agnelo Laranjeira, Carlos Coimbra, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.



2.10. Análise, discussão e votação da alteração ao mapa de pessoal

Não houve intervenções.

A alteração ao mapa de pessoal foi aprovada por maioria com as abstenções dos membros: Rui Santos, Abílio dos Santos, Fernanda Ribeiro, Francisco Coutinho e Mário Simões. Votaram a favor os membros: Carlos Cunha, Vera Machado, Alfredo Cabral, José Manuel Mendes, Abílio Santos, Ana Miroto, Cristiana Ferreira, Teresa Felgar, Sérgio Rodrigues, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, António José Figueiredo, Regina Coimbra, Nelson Almeida, Belmiro Gomes, David Fernandes, Adérito Ribeiro, Ana Maria Leão, Luciano Costa, Firmino Melo, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Agnelo Laranjeira, Carlos Coimbra, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2.11. Análise, discussão e votação do Contrato Interadministrativo a celebrar entre o Município de Tondela e a União de Freguesias de Barreiro de Besteiros e Tourigo

Não houve intervenções.

O contrato interadministrativo foi aprovado por unanimidade com os votos a favor dos membros: Carlos Cunha, Rui Santos, Vera Machado, Alfredo Cabral, José Manuel Mendes, Abílio Santos, Ana Miroto, Fernanda Ribeiro, Cristiana Ferreira, Teresa Felgar, Sérgio Rodrigues, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, António José Figueiredo, Regina Coimbra, Nelson Almeida, Belmiro Gomes, David Fernandes, Adérito Ribeiro, Ana Maria Leão, Luciano Costa, Firmino Melo, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Agnelo Laranjeira, Carlos Coimbra, Mário Simões, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.



2.12. Outros assuntos de interesse para o Concelho

O senhor presidente da mesa releu os votos de pesar apresentados e entregues, na mesa, no período antes da ordem do dia, pelos membros Rui Santos e Vera Machado.

O membro Abílio dos Santos disse associar-se aos votos de pesar.

Seguidamente, interveio o membro Cristiana Ferreira com a intervenção que se transcreve:

“Grupo Parlamentar PSD

Assembleia Municipal de Tondela

Exmos. Senhores

Presidente da Assembleia Municipal de Tondela e restantes elementos da mesa

Presidente da Câmara Municipal de Tondela,

Vereadores,

Membros da Assembleia Municipal,

e demais presentes

Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Reavivamos mais uma vez o tema do IP3 e assim o faremos as vezes que se mostrem necessárias, para que esta questão seja uma prioridade política, precisamente pela importância que tem para o nosso concelho e para o nosso território.

Reiteramos que a única posição pública conhecida do ministro das Infraestruturas, Pedro Nuno Santos, sobre esta matéria é datada de fevereiro de 2021 onde afirmou que apesar de alguns atrasos na requalificação do Itinerário Principal (IP) 3, entre Viseu e Coimbra – “não havia nenhuma razão” para que a obra não ficasse concluída em 2024, como previsto, referindo-se o, então, governante à totalidade da via.

Ora, como não conhecemos outra posição formal, estranhamos que ainda não tenham sido prestados os devidos esclarecimentos sobre esta matéria, donde parece-nos importante que a tutela viesse a público dizer qual o ponto de situação relativamente à calendarização desta tão importante obra para a nossa região.

É evidente que vamos sabendo que estando esta obra em fase de avaliação de impacto ambiental junto da APA, que se encontra agora em fase de discussão pública, o que repudiamos é a falta de comunicação e de reconhecimento da importância que o assunto devia merecer nomeadamente na agilização de esforços com vista à célere concretização das fases seguintes que de alguma forma diminuíssem o atraso já evidente!



Ficamos sempre com a legítima impressão de que este o assunto é tratado com uma prioridade inferior pela circunstância da localização desta via ser fora de Lisboa e Porto e por isso temos a convicção de que se de uma linha de metro da capital se tratasse teria melhor sorte!

Mas, Sr. Ministro, a questão do IP3 não é apenas uma questão local ou regional.

É um desígnio nacional que merece a solidariedade de todos os portugueses!

Assim questionamos do Sr. Presidente da Câmara acerca da evolução que conhece sobre as obras no IP3.”

Continuou com a intervenção e a moção que se transcreve:

“Exmos. Senhores

Presidente da Assembleia Municipal de Tondela e restantes elementos da mesa

Presidente da Câmara Municipal de Tondela,

Vereadores,

Membros da Assembleia Municipal,

e demais presentes

Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Por força da pandemia, vivemos desafios no plano da saúde sem paralelo e, portanto, o enquadramento que esta dimensão terá no Plano de Recuperação e Resiliência terá que merecer toda a nossa atenção nesta fase tão crítica para todos nós.

Para a generalidade dos cidadãos, o foco atual, ainda se situa no plano do combate à pandemia, ao vírus e à doença.

Receamos novos confinamentos, tememos recuos nas medidas, mas é a vacinação que em grande parte vai dominando as nossas conversas e nos últimos dias o agravamento da situação pandémica.

Vamos assistindo incrédulos à disparidade de orientações e critérios, de quem tem responsabilidades políticas, no tocante, nomeadamente à realização de eventos, mas este é um caminho que não irei agora percorrer, mas que não podia deixar de registar!

Vivemos um tempo político muito particular em que se tiram lições, mas nunca consequências!

Aqui chegados, debeatada que seja a pandemia, o futuro ainda que imprevisível, terá necessariamente que ser de reconstrução sendo cada vez mais evidente, em face da experiência ainda vivida, que vão ser necessários novos mecanismos de atuação política.

Mas seremos capazes?

Estamos preparados?

No Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), anunciado como um documento estratégico, onde estão alegadamente plasmadas reformas estruturais fundamentais para assegurar a saída da crise pandémica e garantir um futuro resiliente para Portugal a Dimensão da Resiliência é a que mais recursos absorve.

Mas não será este “um plano do Estado para o Estado Central” como referem grande parte dos economistas tendo-se, nomeadamente, ignorado o papel da administração local?

É que para que este plano tenha um impacto verdadeiramente estrutural, os investimentos terão que ser direccionados para a solução dos problemas crónicos e concretos, de funcionamento dos serviços de saúde e das populações, analisando concelho a concelho, região a região as verdadeiras necessidades que se pretendem suprir.

Veja-se o paradigma da saúde mental.

Torna-se claro que o SNS será o único alvo da alocação das verbas destinadas à saúde, como se apenas este constituísse o todo do Sistema Nacional de Serviços de Saúde.

Se olharmos para a realidade e para o papel das instituições que prestam cuidados de Psiquiatria e Saúde Mental, o não reconhecimento do trabalho das entidades não-governamentais, prestadoras de cuidados de psiquiatria e saúde mental, como entidades parceiras, nomeadamente as IPSS, não augura nada de bom.

E, portanto, de nada adianta a propaganda de que vai haver muito dinheiro se não se chegar ao cerne do problema.

O que urge garantir na saúde, é que a todos os sectores da população com carências de cuidados médicos, primários, especiais, ou de outra natureza vejam reconhecidas as suas necessidades e por isso garantidos os serviços necessários e suficientes em todo o país e não apenas em Lisboa ou no Porto!

A descentralização na saúde é um desígnio que ambicionamos.

Precisamente porque acreditamos que a aposta na proximidade é sempre melhor sucedida do que a centralização de procedimentos.

Indague-se o papel que as autarquias tiveram, têm e terão ainda na gestão e resposta à pandemia.

Com a aproximação das eleições autárquicas urge que o estado central dê respostas atempadas para que possa existir uma correta planificação nomeadamente pela possível participação dos municípios e dos órgãos regionais – CCDRs (Comissões de



Coordenação e Desenvolvimento Regional) na execução da descentralização e dos instrumentos de acompanhamento e gestão também na área da saúde.

Assim reconhecendo a importância do tema da saúde para as nossas populações o Grupo Parlamentar do PSD apresenta a seguinte MOÇÃO:

O Programa de Recuperação e Resiliência, na sua dimensão de resiliência, tem previsto um conjunto de investimentos para reforçar as repostas do SNS em diferentes áreas e níveis de intervenção.

Considerando que a pandemia revelou ao nível da saúde, carências que há muito estavam devidamente identificadas e legitimamente reivindicadas.

Considerando que na nossa região é urgente proceder à requalificação de alguns edifícios existentes e redefinir a rede de oferta, melhorando em termos de qualidade, conforto e proximidade o acesso aos cuidados de saúde primários.

Considerando que no Plano de Recuperação e Resiliência não está prevista nenhuma verba específica para o Centro Oncológico.

Considerando que a saúde mental não pode continuar a ser marginalizada dos restantes cuidados de saúde e de que as atuais instalações do CHTV não permitem cuidar com dignidade destes doentes e de que no Plano de Recuperação e Resiliência também não se encontra prevista nenhuma verba para os cuidados de saúde na área da psiquiatria.

O Grupo Parlamentar do PSD questiona o Conselho de Administração do Centro Hospitalar Tondela Viseu sobre o ponto de situação relativamente aos investimentos na área da saúde no nosso Concelho e Região nomeadamente:

Quais os investimentos que se encontram previstos para a área da saúde, respetivos modelos de financiamento, como serão os mesmos garantidos e quais os montantes?

Qual o modelo que o Conselho de Administração do Centro Hospitalar Tondela Viseu preconiza para a ala da psiquiatria nomeadamente se prevê construção de um edifício novo e em caso afirmativo qual a sua localização e se já existe algum projeto para esta situação?

Qual o modelo que o Conselho de Administração defende para a unidade Cândido do Centro Hospitalar Tondela Viseu Unidade Cândido Figueiredo, no Concelho de Tondela, nomeadamente no tocante a obras, valências e que respostas defende, para esta Unidade?

Nestes termos e uma vez que seja aprovada a presente moção deverá dar-se da mesma, conhecimento ao Conselho de Administração do Centro Hospitalar Tondela Viseu.”

O membro Alfredo Cabral interveio:

“Digníssimo presidente da assembleia;

Digníssimo senhor presidente da câmara e senhores vereadores;

Membros da assembleia;

Senhores funcionários;

Comunicação social;

Minhas senhoras e meus senhores.

Gostava de perguntar ao senhor presidente da câmara se tem conhecimento do que se passa ao nível das obras particulares. A câmara não respondeu, dentro dos prazos legais a três famílias, ao pedido de licenciamento de obras ou de recuperação. As pessoas perguntaram-me de forma serena e calma, mas estavam um pouco irritadas com esta situação. Disse que não sabia o que se passava, mas que me responsabilizava em colocar a questão na assembleia municipal de Tondela.

No princípio do mandato autárquico, a junta de Tondela e Nandufe pediu à câmara municipal que colocasse umas lombas numa via interna entre Tondela e a Variante. Até hoje não foram colocadas. Já houve lá um acidente mortal. As pessoas a desviar das rotundas da Variante, passam a grande velocidade. E, não entendo porque é que a câmara ainda não as realizou. Se é por ser a junta da oposição, penso que isso vai criar alguma “vingança”, no sentido do ato eleitoral. Penso que a pessoa do senhor presidente da câmara não era pessoa para ter comportamentos destes. Gostaria de ouvir a explicação. Perguntei várias vezes ao presidente, até porque as pessoas abordam-me, porque passam aí muitas vezes por terem propriedades, tendo até havido a destruição de uma casa, por excesso de velocidade. Já agora se me puder responder, agradecia até para poder dar alguma informação às pessoas que lá residem e que se sentem muito magoadas, em primeiro lugar com a junta de freguesia, por ter sido uma promessa eleitoral, e por a câmara não responder. Muito obrigado, saúde e felicidades.”

Tomou da palavra o membro Francisco Coutinho com a intervenção que se transcreve:

“Exmo Sr. Presidente da Assembleia Municipal e restante Mesa

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal

Caros Membros desta Assembleia,

Passados 3 anos e meio da tragédia que nos surpreendeu, na Associação de Vila Nova da Rainha, o Ministério Público deduziu um libelo acusatório contra o presidente daquela associação, onde requer o seu julgamento pela prática, entre outros, de 11 crimes de homicídio por negligência.

Não compete a nós discutir a legalidade ou a justiça de tal acusação. É uma questão que só à justiça diz respeito.

No entanto, a situação obriga-nos a fazer uma ponderação cuidada e a demonstrar que a solidariedade é um dos mais puros sentimentos que nos torna humanos.

Não queremos acusar ou apurar responsabilidade ou negligência seja de quem for, muito menos deixar de respeitar a memória dos que partiram, partilhar a dor das suas famílias, nem ignorar a amargura dos que sobreviveram.

Se não todos, a maioria de nós somos, ou já fomos, dirigentes associativos, sem esperar qualquer retorno, a não ser o prazer que temos em partilhar as nossas experiências e a nossa sincera disponibilidade, em prol da nossa comunidade.

Tondela tem um movimento associativo robusto, capaz de mobilizar as pessoas em trono de projetos interessantes e outros, bem mais simples, nas povoações mais dispersas, onde a sede da associação é o único elo que liga as pessoas, o seu ponto de encontro e o lugar exclusivo dos seus poucos momentos de convívio. Não é por isso que o seu mérito é menor!

Ser dirigente associativo é estimular a criatividade, promover a participação, inventar o entretenimento.

Nem que seja apenas um balcão para tomar café ou partilhar a assistência televisiva de um jogo de futebol, é tão importante como promover um festival musical, um encontro teatral ou um festival de cinema.

Todos nós já organizámos, ou assistimos ou participamos em iniciativas, quanto mais não fosse num torneio de cartas semelhante ao que, pela última vez, em janeiro de 2018, foi organizado pela Associação de Vila Nova da Rainha. Nunca, algum de nós, questionou a segurança dos locais que frequentamos, onde quer que entremos – num café, num restaurante, numa esplanada à beira da rua, num qualquer local que, sem nos apercebermos, pode potenciar maiores perigos que navegar num mar bastante agitado.

Entretanto, a tragédia aconteceu!

Ao fim de 3 anos, acusou-se um homem igual a nós, cujo intuito era, simplesmente, fazer aquilo que gosta – servir a sua terra e partilhar muito do seu tempo ao serviço dos outros.

O seu maior pecado foi acreditar que era possível fazer, mesmo remando contra a maré, para vencer dificuldades.

Foram anos de trabalho e de dedicação que o destino traiu, não porque estivesse só, mas porque todos partilhavam do seu desejo – colocar a sua terra no mapa do movimento associativo.

E agora?

Quem, a partir de agora, quer continuar como dirigente do movimento associativo?

Qual a questão que se coloca agora?

A solidariedade não pode ser uma palavra das últimas páginas do dicionário. A solidariedade é um valor!

Por isso, interroguemo-nos sobre o que podemos fazer, não para apagar a aquilo que nem o tempo conseguirá, mas para prevenir a derrocada do movimento associativo concelhio que, se nada for feito, acabará por sucumbir aos estilhaços desta tragédia.

Tempos depois daquele trágico dia, o município de Tondela decidiu, e bem, apoiar o movimento associativo, não no seu plano de atividades, mas na implementação das suas condições de segurança. Mas não é por isso que outra tragédia se poderá evitar, porque os perigos estão onde menos os esperamos.

O município, muito menos nestas horas mais difíceis., não pode virar as costas às dificuldades de um dos seus pares. Hoje, Vila Nova da Rainha não é um recanto. Uma pequena localidade, marginal ao concelho. Vila Nova da Rainha é um símbolo do movimento associativo de Tondela.

Não queremos impossíveis, mas apenas compreensão.

Pela gravidade das acusações, o presidente da direção, único culpado, no entendimento do Ministério Público, arrisca a uma condenação que poderá concorrer com pena de prisão efetiva e indemnização aos familiares das vítimas, que trará consequências que nem nos atrevemos a considerar, não só para o arguido, que verá toda uma vida profissional e pessoal, desvanecer-se, mas também com efeitos colaterais em todo o movimento associativo.

Assim, entendemos que a assembleia municipal de Tondela, dentro das suas competências, deve assumir um papel determinante, não para apagar o acontecimento, mas para, com toda a determinação, apaziguar todas as suas consequências.

Não cabe ao Município substituir o Jorge Dias na responsabilidade do pagamento das indemnizações, nem legalmente tal seria possível, mas estamos em crer que haverá forte determinação de quem estiver à frente dos destinos deste concelho, para ser proactivo, de forma a encontrar uma solução que ponha fim a esta tormenta, que já dura há 3 anos!

Assim:

Propomos que a Assembleia Municipal de Tondela se una em torno de “um pacto de regime”, que aprove uma recomendação para que a Câmara Municipal se torne o farol, chame a si a coordenação de medidas, com vista à imediata negociação com os hospitais lesados, com as famílias das vítimas e com o pobre José Luís, ferido gravemente e incapacitado para o resto da vida!

Organizem-se eventos financiados pelo município, canalizem-se as receitas das bilheteiras das próximas edições da FICTON, dos Festivais Urbanos (entre outros), apele-se ao mecenato do nosso tecido empresarial!

Que se promova um acordo com todo o movimento associativo, para reserva de uma percentagem do financiamento que lhe é atribuído e o canalize para esse fim!

Se nada fizermos, seremos responsáveis por deixar um ser humano igual a nós, entregue à sua sorte, estaremos a contribuir para o enfraquecimento de todo o movimento associativo e, um dia, seremos julgados pelos nossos concidadãos pela nossa fraqueza de não termos sabido ser solidários."

O membro Nelson Almeida tomou da palavra, de seguida, com a intervenção que se transcreve:

“Exmo. senhor presidente da assembleia municipal;

Exmo. senhor presidente da câmara;

Exmos. senhores membros desta assembleia;

A todos as minhas saudações.

Exmo. senhor presidente da câmara e vereação, dirijo-me a V. Exas com o intuito de demonstrar o descontentamento das gentes de São Miguel do Outeiro pelo lapso toponímico evidenciado pelos autores e promotores das obras de requalificação e alargamento do Itinerário Principal nº3, vulgo IP3. Tal lapso, demonstrador, no meu entender, de alguma ligeireza por parte dos intervenientes citados, recaí sobre a

designação atribuída entre nó de ligação rodoviária no IP3, ao km 111 e à Estrada Nacional nº 2, no lugar das Almas, em que o referido nó se encontra geograficamente inserido na totalidade na freguesia de São Miguel do Outeiro, mas o qual, e para espanto e incredulidade dos habitantes desta freguesia, lhe foi imputado a designação de nó de Parada de Gonta. Não sei se a Câmara Municipal de Tondela já teria conhecimento deste erro toponímico, em caso negativo permita-me que vos questione sobre a vossa reação. Em caso afirmativo, permitam-me, também, que expresse aqui a minha indignação!

Vou, aqui, aludir ao termo “justiça”, tendo presente na memória e nos locais que vou referi, a ausência do mesmo termo quando da construção da extinta linha férrea do Dão (atual ecopista do Dão), a qual foi desviada do seu traçado original para se aproximar da povoação de Parada de Gonta. Tal facto, como certamente será do vosso conhecimento, ter-se-á devido à enorme influência política e a um certo bairrismo revanchista do então ministro das obras públicas Tomás Ribeiro, também ele nascido a 1 de junho de 1831 no lugar de Parada, na freguesia de São Miguel do Outeiro. Foi também por sua influência que o lugar foi levado à categoria de freguesia por Decreto de 29 de maio de 1884, visando inclusive que a dita fosse servido por uma estação de caminho de ferro, tendo o próprio presidido como Ministro das Obras Públicas, Comércio e Industria à sua inauguração em 1890, sendo que a correspondente estação, mesmo continuando a estar geograficamente inserida na sua totalidade na freguesia de São Miguel do Outeiro obteve, ironicamente, a designação de Estação de Parada de Gonta...

Meus senhores e minhas senhoras, estamos em 2021 e o Dr. Tomás Ribeiro morreu há já 120 anos. Hoje, tal como desde 1884, São Miguel do Outeiro tem muitos mais habitantes do que Parada de Gonta.

Tenho a perfeita consciência de não desejar nenhuma situação de confronto entre as freguesias em apreço, por mais não seja pela excelente relação de amizade, respeito, cordialidade e convivência entre os habitantes das mesmas, no entanto, e como membro desta assembleia que sou e fui eleito, sinto-me na obrigação de pelo menos por uma vez que seja, que a justiça da designação do Nó prevaleça em nome de “São Miguel do Outeiro”.

Assim, e em face do exposto, exorto V. Exas. a usarem da vossa influência e autoridade para que seja devidamente retificado este erro toponímico grosseiro, deixando de lado a designação de “Nó de Parada de Gonta” e que se passe doravante a designar por “Nó de São Miguel do Outeiro”!

Finalmente, enviar as rápidas melhoras ao senhor presidente e ao senhor vereador Pedro Adão.

Quero, também dar os parabéns pelo saldo positivo de 2020, mostrando capacidade de trabalho e boa execução nos gastos camarários. Parabéns, senhor presidente.

Tenho dito.

Muito Obrigado!”

De seguida, o membro Rui Santos interveio:

“Senhor presidente da assembleia, mesa,

Senhores deputados presentes e pessoas que nos estejam a ver.

Sobre a moção apresentada pela Drª Cristiana, vou votar a favor. Mas, há duas ou três coisas que importa referir.

Fala-se muito no Centro Oncológico, e ainda bem, mas muitos dos que falam, nunca tinham falado nisso. Comecei a falar sobre o assunto há muito tempo e, o que estava anteriormente previsto era unidade de radiologia. E foi isso, mal, que um Secretário de Estado de um anterior governo do PS, veio à inauguração de uma placa em Viseu. Mal, não era radiologia, deveria ser centro oncológico. Infelizmente, não há nenhuma definição absoluta, como a Drª Cristiana sabe, por um email que lhe reencaminhei, na qualidade de presidente da assembleia intermunicipal. Foi um email de resposta ao senhor presidente da câmara de Carregal do Sal, presidente do Conselho Intermunicipal Dão Lafões, que recebeu uma resposta às questões colocadas ao conselho de administração do Centro Hospitalar Tondela Viseu. Há um compromisso assumido pela senhora Ministra da Coesão Territorial, Ana Abrunhosa, para que as obras do centro oncológico sejam financiadas a partir do PO Centro 20/30. É um compromisso político da senhora Ministra e que já foi reafirmado junto do Ministério da Saúde. Vale o que vale, porque é um compromisso. Como está em desenvolvimento o projeto para a ala psiquiátrica.

Há uma coisa que a Drª Cristiana levanta e eu também tenho muito interesse em saber que é o futuro do Hospital Cândido de Figueiredo, no âmbito do Centro Hospitalar Tondela Viseu. Por isso mesmo votarei a favor dessa moção.”

O membro Vera Machada tomou da palavra:

“Reitero os cumprimentos.

A tragédia que aconteceu a 13 de janeiro, em Vila Nova da Rainha, é indubitavelmente um acontecimento que nos marcou a todos, quer do ponto de pessoal,

quer do ponto de vista coletivo. Perante este facto, não há solidariedades maiores ou menores. Não há os que se preocupam mais, nem menos. Há vítimas mortais e há famílias que foram dizimadas por esse acidente. Há todo um sofrimento comensurado por quem passou mais diretamente por este terrível momento.

Há, também, outra perspetiva da calamidade e que nos desafia enquanto comunidade, repensar e reposicionar os valores da nossa vida coletiva e associativa e que se prende com a valorização dos nossos dirigentes, esses homens e mulheres que, de forma voluntária, se entregam à causa pública e às suas terras e que nunca podem ser vítimas de acontecimentos imprevisíveis, como o que aconteceu em Vila Nova da Rainha.

O Partido Social Democrata não é insensível a esta desgraça. O PSD de Tondela é solidário com as vítimas e as suas famílias, como também o é com todos os dirigentes associativos que, de forma involuntária, são apanhados nesta enorme adversidade.

Caros deputados, penso que há um princípio que nos deve nortear nesta e em todas as outras situações similares. Quando estamos perante uma calamidade, uma tragédia, não há previsibilidade possível, tal como o acidente que aconteceu em Vila Nova da Rainha, que poderia ter acontecido em qualquer outro ponto do país. O Estado na sua plenitude, enquanto entidade do bem e protetora em todas das suas comunidades, tem de disponibilizar instrumentos que protejam as vítimas para que estas possam ser ressarcidas de forma indemnizatória, em função do que for apurado. O 13 de janeiro é exatamente isto. Um acidente trágico, onde o Estado deveria atuar e compensar os envolvidos.

Quanto à proposta de recomendação e que não passa disto, feita pelo deputado Francisco Coutinho, dizer que o processo está só no início. Só foi feita a acusação e tenho a certeza que as instituições a cada momento sabem interpretar os sinais e qualquer medida ou ação mais concreta poderá ser prematura, porque como comecei, estamos no início do processo. É óbvio que o PSD concorda com os pontos de vista que foram aqui expostos, mas recomenda que não se tome nenhuma decisão prematura e que se pense eventualmente nesta ou noutra recomendação que a seu tempo terão de ser tomadas. E o PSD não votará, porque uma proposta de recomendação não é votada.”

O senhor presidente da câmara interveio:

“A deputada Cristiana interveio sobre a questão do IP3, assim como a questão que o deputado Nelson Almeida colocou. A questão da toponímia tem a ver meramente com o facto da equipa projetista, questão colocada por pessoas de São Miguel do

Outeiro e o senhor presidente da junta, em sede de cartografia ter colocado Parada de Gonta naquele nó. Não há razões para que tal situação seja assim, geograficamente, está onde está, e nas reuniões de acompanhamento já se fez sentir a necessidade dessa correção, por ser o território de São Miguel do Outeiro.

Estamos a escassos dias, 12 de julho, de término da discussão pública da fase do estudo de impacto ambiental.

O IP3 face ao calendário antes previsto, está com um ano de atraso. A 19 de janeiro de 2019, aquando do ato de lançamento da obra de requalificação do troço entre Penacova e a Foz do Dão, o calendário que então foi presente, na presença do senhor Primeiro-Ministro e do Ministro Pedro Marques, apontaria para o final de 2022 para a conclusão de toda a reabilitação do IP3.

Há data de hoje, temos um estudo prévio que entrou na APA em novembro. E os problemas associados à pandemia não acontecem só no concelho de Tondela. Porque é que a APA demorou desde novembro para avançar com o estudo de impacto ambiental, que não está concluído, pois o que está em curso é a discussão pública. Depois, ainda haverá a apreciação de ordem técnica necessária. Isto para dizer que o tempo arrasta. Atrasos, alguns compreensivos e outros que nos deixam preocupados. Neste momento diria que, na melhor das hipóteses, terminando a discussão pública em julho, a avaliação de impacto ambiental dificilmente estará concluída das eleições autárquicas.

Como sabemos o troço do IP3 tem neste momento três fases. Uma de Souselas a Penacova, em cima do atual corredor. Outra de Treixedo até ao limite ao concelho de Tondela, em cima do atual corredor. Mas, no troço do Rojão Grande, existem duas opções, uma que passa por trabalhar em cima do atual tabuleiro e uma outra que passa por uma variante / alternativa a nascente pela zona do Granjal vindo ter ao nó de Treixedo. Neste caso, há um novo corredor a expropriar, haverá naturalmente algumas questões de impacto que tem de ser avaliadas, entre elas de passar pelo perímetro alargado de proteção das termas do Granjal. Há um conjunto de variáveis que antevejo terem alguma morosidade.

Assim que estiver concluído o estudo de impacto ambiental entrar-se-á em fase de execução final do projeto. O primeiro troço a lançar em concurso é o troço do nosso concelho, por razões consensualizadas com a tutela.

Poderíamos ganhar algum tempo se a solução que viesse a ser defendida para estes troços fosse a figura de concessão / construção. Concessão sobre um anteprojecto e um concurso de concessão / construção aceleraria no mínimo 6 a 8 meses. As linhas de

metro que neste momento estão a ser construídas em Lisboa foram desenvolvidas com esta figura. Todos deveríamos desenvolver esta tese, porque é a única capaz de acelerar de alguma forma a execução desta obra.

O Dr. Alfredo Cabral colocou duas questões, uma delas que é uma preocupação transversal. A câmara municipal, no domínio das suas obras particulares, tem significativos atrasos que nos preocupam a todos. Atrasos esses que se têm vindo a procurar diminuir, mas mesmo assim, há sempre uma família que sente que o seu processo está demorado. Em alguns casos, e não deixo de o dizer, por questões dos projetos não estarem devidamente instruídos, obrigando a andar num vai e vem, perdendo tempo. Noutros casos as equipas não são suficientes para o volume de processos que tem vindo a entrar. E, como sabemos causa atrasos toda a necessidade de um parecer ou de uma certidão, já não são só os novos licenciamentos. Isso, levou-nos há cerca de 1/ 2 anos termos alargado a equipa, com mais uma engenheira e uma arquiteta, que vão tendo adaptação às funções. Mas é uma preocupação transversal que sentimos, pedindo a que as pessoas tenham alguma compreensão.

Sobre a questão colocada sobre lombas, agradeço o facto de dizer que me conhece, não tenho facciosismo nessas matérias. Esta é uma obra municipal e como tal é de gestão municipal. Nesses termos está enquadrada numa empreitada, lançada há vários meses, com a empresa Irmãos Almeida Cabral, que para além destes trabalhos, tem a fresagem de uma curva que está danificada, também tem uma pavimentação em Santiago de Besteiros e que está há cerca de meio ano em condições de execução, mas que ainda não avançou.

Questões associadas ao centro oncológico: o conselho de administração ficou de ultimar, depois de várias nuances, depois do anterior presidente do conselho de administração ter tido nas mãos um projeto que, entretanto, não foi concluído. Houve várias reuniões e aquilo que era espetável é que seja, neste momento, fechado o projeto do centro oncológico que, como sabemos, tem várias valências: na radiologia, oncológica e centro de hospital dia. Mas, quais são as fontes de financiamento? Não está no PRR. Quanto custa a obra? Ao contrário do que o senhor Secretário de Estado anunciou em 2017, 7 a 8 milhões de euros. Pela evolução do projeto e das circunstâncias, apontará hoje para 3 vezes esse valor. No atual quadro comunitário 2020 há disponibilidade para parte ou na totalidade desse financiamento? Essas são as dúvidas que se colocam.

No que diz respeito à área de saúde mental, não existente projeto nenhum. Todas as preocupações são legítimas. Nesta matéria tem havido uma posição consensual do ponto de vista político no nosso concelho, sobre a importância destas valências e da sua integração no plano de razoabilidade de execução, mas o que é um facto é que ano após ano tem tido a sua morosidade.

O deputado Francisco Coutinho e a Vera Machado abordaram uma questão que é importante. Todos temos presente e fazemos uma ponderação cuidada sobre vários interesses em causa. O primeiro interesse é o reconhecimento do papel imprescindível dos dirigentes associativos. Acho que é inquestionável esse papel, a sua dinâmica, o serviço social. Como é importante o reconhecimento que houve um conjunto de vítimas que são consequência de uma tragédia. Ocorreu uma tragédia em Vila Nova da Rainha e que poderia ter acontecido em qualquer parte do país. É perante as tragédias que o Estado no seu todo, tem de ter um papel social, solidário. Não é por acaso que as vítimas da tragédia de Borba, o Estado acionou os mecanismos de intervenção social. Não é por acaso que perante os incêndios e a calamidade de 2017, o Estado acionou os mecanismos de intervenção e de apoio. Por estas razões todas que julgo, sem prejuízo de um conjunto de valores que são transversais a todos nós, mas que julgo que qualquer atitude ou posição neste momento, tomada de forma taxativa, não ser o melhor contributo para um desfecho que, julgo que tem de ter na linha que estamos a procurar trabalhar uma intervenção de magistratura noutra plano de análise. Não querendo ter qualquer apreciação técnica ou jurídica, que não é esse o meu propósito. O único propósito que temos é a proteção de vários valores: associativismo, o valor das vítimas e o valor daqueles que pode também ser vítima num processo, nos termos em que está desenhado. Por isso temos de exercer uma magistratura de forma discreta, diligente e procurar desenvolver com outras instâncias. Com a salvaguarda da independência dos órgãos, tendo a assembleia legitimidade para desenvolver o que entender, da minha parte entendo que é o caminho que deveríamos tomar. Muito obrigado.”

O membro Vera Machado tomou da palavra:

“Relativamente à proposta de recomendação efetuada pelo membro Francisco Coutinho, em nome do Grupo do PSD, efetuo outra proposta. A de preparar uma proposta mais concreta, com mais informação, mais ponderação, com base na evolução do próprio processo, que está ainda na fase inicial. E que os diferentes grupos parlamentares se juntem para preparar uma proposta conjunta que venha à próxima

assembleia municipal em setembro, para que seja formalizado um documento ponderado e assertivo.”

O senhor presidente da assembleia questionou o membro Francisco Coutinho sobre o assunto, que respondeu que a sua proposta de recomendação deve ser votada nesta sessão.

O senhor presidente da assembleia esclareceu que estava presente na mesa, uma proposta de recomendação entregue pelo membro Francisco Coutinho e que o membro Vera Machado tinha entregue, também, uma proposta, pelo que questionou à sua proponente se era alternativa à de Francisco Coutinho, à qual respondeu que sim.

Seguidamente, o senhor presidente da assembleia colocou à votação o voto de pesar pelo falecimento do Dr. Carvalho Mendes e entregue pelo membro Rui Santos, que foi aprovado por unanimidade.

Colocado à votação o voto de pesar pelo falecimento do Dr. Madeira Lopes e entregue pelo membro Rui Santos, o mesmo foi aprovado por unanimidade.

De seguida, foi colocado à votação o voto de pesar pelo falecimento do Dr. Carvalho Mendes, entregue pelo membro Vera Machado, que foi aprovado por unanimidade.

Colocado à votação o voto de pesar pelo falecimento do Dr. Madeira Lopes e entregue pelo membro Vera Machado, o mesmo foi aprovado por unanimidade.

Colocado à votação a moção, no âmbito da saúde, entregue pelo membro Cristiana Ferreira, a mesma foi aprovada por unanimidade.

O membro Vera Machado interveio para efetuar uma declaração de voto:

“Relativamente à proposta do deputado Francisco Coutinho, o PSD vai-se abster por achar que que é prematura a proposta e por ser um bocado vaga e com base em pouca informação e daí ter feito a outra proposta de recomendação alternativa.”

Colocada à votação a proposta de recomendação apresentada pelo membro Francisco Coutinho, a mesma foi aprovada por maioria com as abstenções dos membros: Vera Machado, Cristiana Ferreira, Patrícia Henriques, José Manuel Mendes, Luciano Costa e Agnelo Laranjeira. Votaram a favor os membros: Carlos Cunha, Rui Santos, Alfredo Cabral, Abílio Santos, Ana Miroto, Fernanda Ribeiro, Teresa Felgar, Sérgio Rodrigues, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, António José Figueiredo, Regina Coimbra, Nelson Almeida, Belmiro Gomes, David Fernandes, Adérito Ribeiro, Ana Maria Leão, Firmino Melo, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Carlos



Coimbra, Mário Simões, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho e Paulo Roberto Carvalho.

Atendendo que a proposta do membro Vera Machado era uma proposta alternativa à proposta de recomendação apresentada pelo membro Francisco Coutinho, o senhor presidente da Mesa não a colocou à votação.

O senhor presidente da câmara, dirigiu-se á mesa e disse não querer ter ingerência na assembleia, mas observou, poder estar em causa a falta de quórum, por não ver nas participações online as câmaras ligadas.

O senhor presidente da Mesa, conferiu as presenças e referiu que presencialmente estavam 15 membros, mais os que se encontravam a participar por videoconferência, pelo que o quórum estava assegurado.

O membro José Manuel Mendes efetuou uma declaração de voto:

“Recuando ao ano de 2017 e à tragédia aqui abordada de Vila Nova da Rainha estive presente no dia a seguir, porque também, infelizmente lá perdi alguns familiares. Isto é um caso muito melindroso, não haja dúvida nenhuma do que estamos aqui a falar. Mas, conforme o senhor presidente disse, há bocado, infelizmente ou felizmente eu fico um bocadinho nervoso quando se trata deste assunto, porque como disse, perdi lá familiares mais jovem que eu e é preocupante. Mas, no dia a seguir, tivemos logo a presença do senhor Presidente da República, além de outros membros. Dada a complexidade do caso, e aquilo que se tem visto anteriormente, a minha abstenção vai no sentido de porque razão o Estado não assume esta situação de uma vez por todas? Escusamos de andar aqui com proposta, com isto e aquilo. É certo que o Jorge é meu amigo, mas eu classifico-o agora numa posição igual àqueles que partiram. Ele fica agora aqui numa situação, que se formos a ver agora aqui, face ao que tem acontecido, e por aquilo que se tem visto, o Jorge corre o risco de apanhar 275 anos de prisão, apanha 25 no máximo e o prejuízo que ele tem que pagar nos hospitais com despesas dos doentes, os que morreram e os que ficaram ainda vivos? Eu aqui, a minha abstenção vai no sentido, e, concordo com tudo o que foi dito, mas temos um Estado de Direito e se eles assumem responsabilidades numas coisas, têm de assumir noutras. Porque, ainda agora, recentemente para a cultura, para o senhor José Cid, um músico de valor, mas não tem necessidade nenhuma de atribuirmos 50 mil euros, porque é que para estes casos em que o Estado não assume outra posição.”

O membro Abílio dos Santos interveio:

“Eu acho que, perante uma tragédia destas que de fato foi, não só para as pessoas que morreram, mas para os familiares, mas também para o senhor presidente da associação. Agora, nós estamos aqui a fazer uma coisa, nós estamos a politizar uma coisa, que, francamente não devia ser politizada. Está-se a ir por um caminho político que não tem o mínimo interesse. A minha votação foi e eu votei na proposta do Francisco porque foi a primeira que apareceu. Estamos aqui a por uma, a por duas, a por três, isto parece que é a ver quem é que ganha, mas ninguém ganha. Aqui houve pessoas que perderam e quem perdeu foram os que morreram e o Jorge que infelizmente está a arcar com todas as responsabilidades que é uma grande pessoa, um grande Homem, um Homem de bem, um grande presidente e teve o azar de lhe acontecer aquilo naquela associação. Não quero com isto culpabilizar ninguém, nem camaras nem nada, o que eu procuro é defender não atacar, e deixamos políticas à parte e vamos procurar ajudar o Jorge que ele bem merece.”

O membro Cristiana Ferreira tomou da palavra:

”Senhor presidente, eu reitero os meus cumprimentos.

Permita-me que discorde relativamente a uma posição da mesa quanto à proposta de recomendação que foi apresentada pela colega e deputada Vera. A proposta de recomendação apresentada vai no sentido, do Grupo Parlamentar do PSD que entendeu que, face à recomendação apresentada agora pelo Partido Socialista, entendeu que deveria relegar para um momento posterior à apresentação de uma outra proposta de recomendação, e portanto, eu não vejo porque é que a votação da recomendação anterior inviabiliza esta mesma proposta de recomendação, de relegar para momento posterior, naturalmente onde o partido irá fazer a ponderação, que terá a ver com a salvaguarda de todos os interesses que estejam envolvidos. Portanto, queria, naturalmente, aqui do ponto de vista formal, não entrando neste momento na discussão e no mérito da proposta de recomendação, creio que a mesa deverá atender a esta circunstancia, portanto, aquilo que o Partido social Democrata propõe é que seja relegado para momento posterior, inclusivamente solicitou que os partidos conversassem nessa matéria, portanto, penso que a proposta de recomendação do Partido Social Democrata tem de ser colocada à votação.”

O membro Rui Santos interveio, de seguida:

“Muito rápido. Eu tenho muita consideração pela Dra. Cristiana.

Isto não tem nada a ver com o ser contra ou a favor, porque não foi o grupo parlamentar do PSD foi a senhora deputada Vera, que alguns elementos do grupo



parlamentar do PSD também votaram a favor, como às vezes acontece connosco. Mas isso não tem mal nenhum, nós estamos aqui a discutir um caso em que toda a gente já perdeu, ninguém ganhou, toda a gente já perdeu. O que está em causa, o problema é que são duas propostas que foram apresentadas que são alternativas, não tem a ver com o teor se faz ou não faz acordo, e eu fiz questão de perguntar à senhora deputada Vera se não estávamos perante propostas alternativas, e o senhor presidente confirmou e a senhora deputada confirmou. Como são propostas alternativas, votou-se a primeira, ela foi aprovada, a outra está excluída. Eu não estou a dizer que a seguir não se procurem os entendimentos todos, mas deixemos de estratégias básicas de tentar prolongar uma situação, porque na altura nós não aparecemos a tempo de apresentar a proposta primeiro, e depois encontramos aqui o estratagema de protelar esta situação. Bom, eu não tenho nada a ver, não é porque aquela proposta que é apresentada pelo Francisco Coutinho se é a melhor do mundo ou não. Façamos é isto claro. A seguir querem discutir, vir aqui à assembleia tudo bem, mas agora deixemo-nos disso. Quer dizer, isto foi assim que se passou, foi assim que se passou. Não era isso que algumas pessoas achavam, é provável, mas o que acontece é que por acaso antes de se proceder à votação isto foi bem clarificado. Eu tive o cuidado de perguntar logo se era alternativa, não foi por acaso. De resto, a mim o que é pena é que já perdemos. Já agora, deixem-me fazer uma nota! Um dos problemas da intervenção do Estado nesta matéria é que há Lei, e a Lei é que está a impedir que haja ação imediata do Estado. Vou-lhes dar um exemplo de outros tipos de problemas, um problema de outra tragédia, foi o que aconteceu aqui com uma pessoa que vivia aqui perto de nós. O João, piloto do helicóptero de Santa Comba Dão quando morreu, ainda hoje há coisas que estão a correr, exatamente por causa das complicações jurídicas, independentemente das decisões e intervenções do Presidente da República, do Ministros então da Solidariedade Social. De todas as coisas havia sempre a questão, porque havia a questão de seguros a atrasar a decisão em relação ao julgamento.”

O membro Cristiana Ferreira voltou ao debate:

“Eu creio que não vale a pena andarmos agora aqui à volta do significado de ser alternativa ou não. São duas propostas de recomendação diferentes, e, portanto, não vejo porque é que a proposta de recomendação apresentada pela deputada Vera não tenha de ser votada, e não deva ser votada, é tao só isto que eu estou a dizer. Quem quis votar, teve a oportunidade de votar a proposta de recomendação apresentada pelo deputado Francisco Coutinho, e esta proposta de recomendação, que pese embora vai num sentido

diferenciado, e, portanto, eu creio que ela tem de ser votada. Tão só queria reforçar esta minha ideia. “

O senhor presidente da Mesa questionou o membro Vera Machado se a proposta que apresentou era ou não alternativa.

O membro Vera Machado respondeu:

“É alternativa e tem de ser votada. Eu acho que é uma proposta que tem mais ponderação, é mais lata, e porque não há propostas mais meritórias por ser do Francisco, do Manuel, da Maria ou da Vera, e, portanto, o grupo parlamentar do PSD apresentou esta proposta que tem de ir à votação.

Porque aqui ninguém quer retirar dividendos políticos, bem pelo contrário, estamos a querer ajudar as pessoas e quanto maior o consenso, quanto mais alargado for o fórum de discussão e quanto mais a proposta final seja mais concreta e com mais dados. E, portanto, grupo parlamentar do PSD apresentou esta proposta que quer que vá a votação.”

O membro Rui Santos interveio:

“Não me faz diferença nenhuma se isso for em frente, quer dizer, faz, porventura pode atrasar algumas coisas que possam por ventura minorar a situação. O problema é outro, nós temos uma proposta, é o caso desta, foi aprovada que implica uma decisão já, e depois de ela ser aprovada, vimos com uma outra proposta que implica que aquela não possa avançar, não estamos perante propostas alternativas? Que mais alternativa é que há que isto? Não estamos a discutir méritos. Estamos a discutir uma questão de proposta que é, e há outra, que foi apresentada como sendo alternativa, logo a aprovação da primeira, inviabiliza a segunda. E, foi isto que aconteceu, se se encontrarem outras possibilidades de ajuda, estou perfeitamente de acordo. Inclusive esse assunto volta-se a trazer novamente a assembleia, até com outras coisas, não tenho nada contra isso, agora querer fazer aqui virar uma coisa que não é, não foi, porque aconteceu não vale a pena estarmos a perder muito mais tempo com esta discussão. A apresentação e votação da senhora deputada Vera invalida a proposta do Francisco Coutinho quando é alternativo.”

O senhor presidente da Mesa referiu que atendendo que a proposta do membro Vera Machado era alternativa e atendendo que a proposta do membro Francisco Coutinho tinha sido aprovada por maioria, não seria colocada à votação a do membro Vera Machado.

3-Período aberto ao Público, de acordo com regras definidas pelas DGS

Esteve presente o senhor Paulo Dinis que, seguidamente, interveio:

“Senhor presidente da assembleia;

Senhor presidente de câmara;

Restante público, muito boa tarde.

Antes de continuar a minha intervenção, quero já fazer uma pergunta ao senhor presidente de câmara que é no sentido de se a câmara na contratação de serviços externos, tanto na prestação de serviços, obras, o que quer que seja, se tem preferência pela aquisição desses serviços a empresas ou pessoas do concelho? Gostava que o senhor presidente me respondesse a isto, antes de continuar.

Sou de São João do Montem sou apicultor, tenho a minha atividade criada, saí de um emprego fixo, bom emprego, vivia na cidade, fiz o contraciclo, aquilo que se deve realçar hoje em dia da desertificação do interior e da fixação de pessoas no interior e estou a trabalhar em contraciclo. Acontece que, na apicultura tivemos o aparecimento da vespa asiática e quando isto apareceu, no início, sendo isto da responsabilidade da proteção civil e sendo a câmara a entidade que tem de fazer a gestão desse problema. no início a câmara mostrou-se um pouco “tonta” a fazer o serviço, não o fazia nas devidas condições, não o fazia bem feito e demorava muito tempo a executar o serviço. Os apicultores, na altura juntaram-se, reclamaram outra posição da câmara, que não atendia os pedidos dos apicultores, pelo que resolvemos a situação com duas intervenções na comunicação social, na SIC outra no Canal1, passaram as duas no mesmo dia à noite no telejornal. E, a verdade, é que ao outro dia, o vereador da proteção civil na altura ligou-nos imediatamente para resolver a situação.

É pena que algumas questões tenham de ser feitas á base de pressão mediática, na altura foi assim que conseguimos. Entretanto, nós viemos à reunião e apresentamos à proteção civil uma proposta, que era a câmara ter uma equipa, funcionários, pois isto não é o ano inteiro, são só seis meses, desde junho mais ou menos para resolver as situações de abate de ninhos, controle de vespas asiáticas, fazer o que lhes competia.

O vereador disse que não era obrigado a ter pessoas que escalassem árvores, nem tinha obrigação de ter pessoas capazes de fazer o serviço, e então, propôs aos apicultores sermos nós a resolver o serviço tendo em vista, e muito bem aí, seria mais um rendimento para os apicultores. Trabalhamos três, quatro anos com a câmara, eu próprio trabalhei com a câmara três, quatro anos, era responsável pela gestão das vespas em São

João do Monte e Mosteirinho e no Guardão, acontece que estes anos nunca houve uma queixa do serviço em situação nenhuma.

A câmara lembra-se em 2020 de lançar um concurso publico, mas não se lembra de dar satisfações a quem trabalhou para eles os outros anos. Faz o concurso publico, não faz convites aos interessados, que sabia bem quem seriam os interessados, aliás faz até um convite a uma pessoa que também é aqui do concelho e que também fazia o abate dos ninhos aqui no resto do concelho. Eu, ao deparar-me com a situação de 2020, ligo à câmara para saber em moldes iríamos trabalhar com as vespas asiáticas em 2020, o vereador diz me que já tinha sido atribuído o concurso e já estava entregue. Eu pedi-lhe satisfações, e ele disse que iria fazer o próximo concurso em 2021 e fazia o convite para eu também servir nesse concurso. Acontece que, o vereador não disse nada, o concurso já decorreu, já foi atribuído, os apicultores ficaram outra vez de fora parte interessada nisto. Quero saber em que medida é que vocês apoiam, uma vez dizem que é um apoio para os apicultores, outras tiram o tapete debaixo dos pés, qual é que é a palavra da câmara? Já agora, ao vereador, pedi novamente satisfações este ano, ele diz que esteve ausente, que estava doente e que deu indicações aos serviços para me contactar a mim e aos outros que estavam interessados na situação, o facto é que eu não fui contactado. Para além da falta de palavra da câmara, parece me também uma incompetência do serviço.”

O senhor presidente da câmara respondeu:

”À primeira parte da pergunta, como é que a câmara contrata serviços nos termos do código da contratação pública. Como sabemos os serviços cujo teto financeiro atinge 75 000.00€ podem ser feitos por convite, com consulta prévia, se são de montantes superiores tem de ser concurso público e aplicam-se as regras da contratação pública. É a única parte do assunto que conheço.

O demais, são matérias que estão delegadas em termos de competências, e naturalmente que transferirei a pergunta para o vereador com competência delegada que depois, certamente dará a resposta à assembleia nesses termos e ao munícipe em todo caso.”

ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar, pelo senhor presidente foi declarada encerrada a reunião, pelas dezoito horas e trinta minutos, lavrando-se a presente ata, ao abrigo do artigo 57, número 2 da Lei 75/2013 de 12 de setembro e devidamente assinada por:

O Presidente: Carlos Cealho

O 1º Secretário: [Assinatura]

O 2º Secretário: [Assinatura]

Relatório de atividades – Assembleia Municipal

28 de junho 2021

1-

Se o ano de 2020 foi um ano atípico, também o primeiro semestre do ano continuou a ser marcado pelos **constrangimentos decorrentes da pandemia**. Foi para o mundo, foi para o país, foi para Tondela.

Nesta altura, podemos dizer que o curto número de casos positivos no concelho de Tondela, que se vem registando nas últimas semanas, tem permitido respirar algum alívio, depois de um início de ano com números assustadores, onde chegámos a contar mais de 100 casos num dia.

Mas nada é seguro e muito menos podemos deixar de presente a segurança de todos. Tondela é um dos concelhos que vem acompanhando todo o calendário de desconfinamento desenhado pelo Governo e que, gradualmente, tem permitido que as diferentes áreas de atividade regressem ao ativo.

Sabemos que os próximos meses continuarão ainda a ser condicionados, mas importa sublinhar que o **processo de vacinação** está a decorrer a bom ritmo, numa estrutura implementada no Pavilhão Municipal de Tondela, com o apoio logístico e de recursos humanos do Município.

Quatro meses depois do início deste processo, cerca de 50 por cento da população já recebeu a primeira dose da vacina e quase 30% já conta também com a segunda dose. Este é um passo importantíssimo em direção à dita normalidade, que todos desejamos que seja possível com a maior brevidade possível, mesmo sabendo não ser garantida imunidade, mas ajudará a consolidar uma maior confiança.

A capacidade instalada é a necessária para dar resposta às necessidades deste concelho, ao ritmo a que as vacinas vão chegando, podendo hoje fazer-se um **balanço mais do**



que positivo, reconhecido com independência, por todos aqueles que já foram atendidos nesse espaço.

Todo este processo de vacinação veio reforçar a nossa confiança, mas a missão só estará cumprida quando toda a população do concelho receber a segunda dose.

Até lá, da nossa parte, continuamos a trabalhar com o mesmo afinco para garantir o desenvolvimento das nossas atividades e, em simultâneo, das obras estruturais para o concelho de Tondela.

2-

Este é um **mandato de dificuldades**, que nunca ninguém poderia imaginar, **ímpar na sua singularidade**.

A estratégia que havíamos desenhado para estes quatro anos era muito desafiante, porque visava consolidar o caminho de **crescimento, de inovação**, sempre com uma **matriz de agregação de sinergias e de promoção do desenvolvimento social**.

Os incêndios de outubro de 2017 obrigaram-nos a parar quase tudo.

As prioridades tiveram de ser invertidas, a estratégia teve de ser redefinida.

Agora, desde 2020 até hoje, a pandemia voltou a suspender a nossa estratégia.

Introduziu-se uma nova realidade, inerente a um tempo novo, onde o desconhecimento, a desconfiança, o receio, o medo, a dúvida e a insegurança, dominaram a generalidade da vida de todos nós.

E mais uma vez, tal como já havia acontecido na calamidade dos incêndios de outubro de 2017, as prioridades tiveram de ser invertidas, a estratégia teve de ser redefinida.

As metas tiveram de ser reposicionadas, pois a saúde pública passou para o primeiro plano.

E na prova mais difícil, não falhámos e esta realidade não pode ser secundarizada, ou diminuída, só para se ofuscar o trabalho que todos realizámos.

Esta realidade não deixou de ter implicações, não só na definição de prioridades, mas também na afetação de meios materiais e humanos aos projetos que estavam em curso. Esta realidade induziu um novo modelo de gestão, associado a algo que era, até então, esporádico: o teletrabalho.

As equipas, quer afetas ao município, quer externas, passaram quase metade do ano neste novo modelo de gestão, com inegáveis consequências na articulação e na produção, em particular nos domínios do planeamento, de estudos e projetos, bem como na concretização de obras.

A generalidade das empresas adjudicatárias, em particular no domínio de obras públicas, viram-se privadas de muitos dos seus recursos humanos, ou por estarem em confinamento, ou por estarem em quarentena, com inegáveis implicações no desenvolvimento de empreitadas e na condução de projetos.

É possível ignorar ou ocultar isto?

A conclusão é óbvia: alguns atrasos na execução de obras, a que se juntou, mais recentemente, a subida abrupta de alguns preços, ou escassez de matérias essenciais, o que tem vindo a contribuir para que algumas obras tenham ficado desertas de concorrentes.

Isto é o que se vê em Tondela, como em todo o país.

A par destes constrangimentos, também muitos dos Protocolos ou Contratos Interadministrativos com as nossas Juntas de Freguesias, vieram a sofrer das mesmas preocupações.

Se é verdade que nestes últimos tempos temos vindo a incrementar mais **instrumentos de apoio financeiro às nossas freguesias** – neste mandato é superior a 7 milhões, valor que não encontra paralelo na história – canalizado para apoio a protocolos e colaboração, que levem a uma maior rentabilidade na condução de **obras de proximidade**, também é verdade que as dificuldades de contratação e a escassez de mão de obra, são obstáculos a uma mais acelerada capacidade de execução.

Mas, **contra todas as contrariedades, nunca deixámos de rumar para porto seguro.**

Nunca deixámos de apontar para a atração de investimento, nem deixamos de ser indutores de confiança no nosso concelho.

Nunca deixámos de ser **promotores de mais apoio social**, nas diferentes vertentes, incluindo as medidas associadas à componente de apoio à família, a rede de transportes, a promoção do sucesso educativo, ou a beneficiação do nosso parque escolar, sendo determinante os dois milhões de euros investidos na requalificação da **Escola Secundária de Tondela** (obra que obteve o parecer da DGEstE), sendo que 1/4 desse valor é de capitais do município, e o restante de fundos comunitários.

A par desta obra, outras se desenvolveram. Seja na **ampliação de Jardins de Infância ou na beneficiação de outras escolas do 1º CEB**.

Pretendemos que a **Escola Básica de Campo de Besteiros** seja alvo de uma intervenção, que visa a sua requalificação e modernização, num investimento que ultrapassa os 2 milhões de euros, visando a intervenção em dois dos quatro blocos.

Um bloco será demolido e substituído por um novo no mesmo local, enquanto que no outro bloco a intervencionar serão realizadas melhorias em termos térmicos e de acessibilidade.

O novo bloco pretende criar uma estrutura ao edifício já existente neste espaço e que é usado pelo 1.º Ciclo – Centro Escolar, aglomerando no mesmo edifício todas as salas de aulas e laboratórios.

Com esta intervenção pretende-se modernizar uma escola cuja construção remonta ao ano de 1986.

Como é igualmente determinante o investimento que está em fase de conclusão **na rede de água e saneamento** à Vila do Caramulo, em montante superior a 2,3 milhões de euros, a que se associa o fecho de outras importantes obras, como é o caso da rede de saneamento Molelinhos, rede de água a povoação da Várzea do Homem, o novo tratamento das redes de esgoto das povoações de Carvalhal e Mouraz ou a rede de tratamento da água residual de Faial.

No domínio da **Requalificação Urbana**, verificou-se um forte incremento no Centro Tecnológico e de Empreendedorismo, a par do arranque da Frente Ribeirinha que veio a acontecer recentemente, bem como em várias **obras de requalificação Urbana ou de reforço do sistema de Mobilidade Urbana Suave (PAMUS)**, como é a requalificação da Av. Dr. João Almiro e áreas envolventes à EB 2,3 de Campo de Besteiros, ou a pavimentações na vila do Caramulo.

Também na cidade, como por todo o concelho, estão planeadas ou em curso, obras de repavimentação (que servem para reabilitar e corrigir alguns problemas existentes, em zonas de maior circulação rodoviária, acautelando assim futuras intervenções mais profundas e onerosas), ou outras pavimentações estruturais.

De igual forma, no domínio do **desenvolvimento económico**, as obras de expansão e requalificação da ZIM de Tondela, estão numa fase bem avançada, vislumbrando-se novas fases a executar, face à necessidade de expansão de unidades existentes.

Estamos a construir uma **Área de Acolhimento Empresarial** voltada para os desafios de crescimento, integrando-a num contexto de posicionamento do nosso concelho face ao reforço da sua liderança económica.

Não podemos deixar também de referir que temos em curso o procedimento que prevê a remodelação do **Centro de Saúde de Tondela**.

Mas é bom que se reafirme que esta obra tem taxas de financiamento associadas a custo máximo de referência. Razão que leva a que esta obra preveja, no máximo, um financiamento de cerca de 600.000€, para um investimento que se aproxima de 1,6 milhões de euros.

Esta intervenção visa criar condições para um atendimento mais personalizado entre médico/enfermeiro/utente, reestruturando de forma profunda o interior do edifício, dotando-o de um melhor comportamento térmico e de maiores espaços para reuniões e formações.

Só com esta intervenção é possível melhorar as condições de atendimento à população, promover uma prática clínica mais moderna e **reforçar o papel dos cuidados de saúde**

primários. Só assim estaremos a promover a adequada oferta de cuidados de saúde à população.

Mas outras unidades também vão ser requalificadas, nomeadamente a Unidade de Saúde de Cuidados Personalizados Campo/Caramulo – **Pólo do Caramulo Saúde do Caramulo**, e a Unidade de Saúde Familiar (USF) Cândido de Figueiredo (**Unidade de Canas de Santa Maria**), enquadradas em candidaturas desenvolvidas junto dos fundos comunitários - Pacto Territorial para o Desenvolvimento e Coesão para a Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, mediante parecer positivo da Administração Regional de Saúde do Centro. Um investimento total que ultrapassa o meio milhão de euros.

Estas duas unidades de saúde necessitam de uma intervenção urgente. Em Canas de Santa Maria será incrementado um espaço para gabinetes de trabalho, a exemplo do que já foi feito em idêntica obra desenvolvida na Unidade de Saúde de Campo de Besteiros, enquanto que no Caramulo as obras visam a resolução de problemas relacionados com infiltrações.

Assumimos a partilha de responsabilidades com a Administração Regional de Saúde do Centro, com o intuito de evitar que o estado destes equipamentos possa limitar a prestação de cuidados de saúde à população.

3-

A par destes investimentos, outros estão a ser iniciados na esfera da **AIN TAR** _ Associação Intermunicipal e Águas Residuais dos Concelhos de Carregal do Sal, Santa Comba Dão, Tábua e Tondela, onde se inclui a requalificação da **ETAR SUL de Tondela/Molelos** e o novo **Sistema Norte do Concelho (Parada de Gonta, Sabugosa, Canas de Santa Maria, Lobão da beira, Tondela)**.

Estas linhas espelham o muito que se fez no ano em apreço, mesmo com a gestão de uma pandemia, ao mesmo tempo que caracterizam uma vontade inabalável de se continuar a imprimir uma força determinante para alcançarmos novos desafios com impacto na qualidade de vida e bem-estar das pessoas.

Nesta fase, essas obras estão em fase de lançamento de concurso público internacional, ao mesmo tempo que outros projetos estão a serem desenvolvidos.

Pretende a AINTAR contrair empréstimo para a sua componente de cofinanciamento, junto do BEI - Banco Europeu de Investimento. Deve ser sublinhado que as estimativas orçamentais de tais obras estão a ser revistas, face ao aumento de custo de matérias primas e de mão de obra.

4-

O concelho de Tondela, num projeto integrado na CIM VDL, passou a ter disponível o BUPi - **Balcão Único do Prédio, a funcionar no Mercado Municipal de Tondela**, em horário de atendimento normal.

Trata-se de um serviço dirigido aos proprietários de **prédios rústicos e mistos**, que permite mapear, entender e valorizar o território português, de forma simples e gratuita.

Tem o intuito de conhecer o território português de forma simples e inovadora e está assente em quatro objetivos: ordenamento do território, valorização de recursos, identificação dos proprietários e prevenção de incêndios.

A localização de propriedades pode ser efetuada pelo interessado, via online, ou neste balcão BUPi, presencialmente, com técnicos habilitados.

Caso efetue a localização e identifique os limites da sua propriedade online, o processo é encaminhado para um técnico, que verificará a conformidade da informação.

O conhecimento dos limites e da titularidade das propriedades é fundamental para que o município possa planear e gerir o seu território, assim garantindo a valorização e desenvolvimento sustentável destes e a qualidade de vida dos seus munícipes.

Com o conhecimento adquirido, poderá ser criado mais valor para as comunidades.

Os proprietários devem inscrever-se para garantir os seus direitos de propriedade.

A inscrição dos terrenos nas finanças não é suficiente para garantir a proteção dos seus direitos de propriedade. Para isso precisa de fazer o registo na Conservatória do Registo Predial, que será gratuito ao apresentar a localização da sua propriedade, obtida através do BUPi.

Porque o registo na Conservatória é obrigatório quando se pretende comprar ou vender um terreno.



Para ajudar na gestão do território rural português, contribuindo para a prevenção de incêndios no nosso país.

Porque pode fazê-lo de forma gratuita, se apresentar a representação gráfica georreferenciada obtida através do BUPi, pelo período de quatro anos a contar da data de adesão do município ao BUPi.

5-

Por fim, uma nota de grande apreço pelo **trabalho de cooperação com as nossas Juntas e Uniãoes de Freguesia**, com quem temos vindo a garantir importantes recursos para reforçar as obras que muito concorrem para promover o bem-estar das nossas populações.

Este é o tempo em que as obras de proximidade têm mais visibilidade, em que o ritmo está em velocidade cruzeiro.

Porque este é o tempo em que é possível avançar, tentar cumprir o que estava desenhado para estes quatro anos, apesar de termos vivido um incêndio como não há memória. Apesar de enfrentarmos uma pandemia como nunca se pensou ser possível...

A par desta dinâmica, importa também lançar **um voto de reconhecimento à resiliência do nosso movimento associativo**, seja cultural, desportivo, social ou humanitário.

Muito do que se projeta neste concelho e que o torna forte e empreendedor deve-se, com toda a certeza, ao sentido de cooperação e à confiança existente, a par da partilha de projetos mobilizadores.

Esta **matriz de ação**, será sempre uma **marca insubstituível da nossa liderança**.

Tondela, 22 de junho de 2021

O Presidente da Câmara Municipal de Tondela

(José António Jesus)

SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DE TONDELA

1. INTRODUÇÃO

No cumprimento do estabelecido na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (regime jurídico das autarquias locais), apresenta-se de seguida informação relativa à situação financeira do Município, no período compreendido entre 01 de janeiro e 22 de junho de 2021.

2. RECEITA

2.1. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Período: (entre 01-01-2021 e 22-06-2021)

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		RECEITA PREVISTA CORRIGIDA	RECEITA COBRADA BRUTA	GRAU DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	DESVIO FACE AO GRAU DE EXECUÇÃO PADRÃO (47,40%)	PESO DA EXECUÇÃO RCB NA RECEITA TOTAL
CAP.	DESIGNAÇÃO	(1)	(2)	(3)=[(2)/(1)]*100%	(4)=(3)-47,40%	(5)
Receitas Correntes		19 562 620,00	9 405 812,31	48,08%	0,68%	43,53%
01	IMPOSTOS DIRECTOS	4 459 415,00	2 245 244,67	50,35%	2,95%	10,39%
02	IMPOSTOS INDIRECTOS	-	-	-	-	-
04	TAXAS, MULTAS, O. PENALIDADES	316 703,00	59 702,37	18,85%	-28,55%	0,28%
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	1 218 178,00	456 609,74	37,48%	-9,92%	2,11%
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	11 742 353,00	5 999 066,56	51,09%	3,69%	27,76%
07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	1 657 947,00	628 241,67	37,89%	-9,51%	2,91%
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	168 024,00	16 947,30	10,09%	-37,31%	0,08%
Receitas de Capital		30 549 947,78	12 201 641,42	39,94%	-7,46%	56,47%
09	VENDA BENS INVESTIMENTO	849 220,00	189 478,13	22,31%	-25,09%	0,88%
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	21 435 272,04	4 262 154,44	19,88%	-27,52%	19,73%
12	PASSIVOS FINANCIEROS	516 090,86	0,00	0,00%	-47,40%	0,00%
13	OUTRAS RECEITAS CAPITAL	10 001,00	3 164,81	31,64%	-15,76%	0,01%
15	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	1,00	7 481,16	748116,00%	748068,60%	0,03%
16	SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	7 739 362,88	7 739 362,88	100,00%	52,60%	35,82%
TOTAL GERAL		50 112 567,78	21 607 453,73	43,12%	-4,28%	100,00%

Da análise ao quadro síntese da execução orçamental da receita verifica-se que o Município de Tondela regista, no final do período em análise, uma taxa de execução da receita total de 43.12%, apresentando-se com um desvio negativo de 4,28%.

Analisando a estrutura da receita, verifica-se que as receitas correntes apresentam um desvio muito próximo do valor zero, destacando-se a rubrica das transferências correntes como aquela que apresenta maior peso em relação à receita total (27,76%).

A estrutura das receitas de capital apresenta um desvio negativo de aproximadamente 7%, destacando-se aqui o peso das transferências de capital e o saldo de gerência anterior com um peso em relação à receita total de 19,73% e de 35,82% respetivamente.

3. DESPESA

3.1. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

DESPESA - EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Período 01-01-2021 a 22-06-2021

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	DOTAÇÕES CORRIGIDAS	DESPESA PAGA	GRAU DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	DESVIO FACE AO GRAU DE EXECUÇÃO PADRÃO (47,40%)	PESO DA EXECUÇÃO DP NA DESPESA TOTAL	
CNP	DESIGNAÇÃO	(1)	(2)	(3)=(2)/(1)*100%	(4)=(3)-47,40%	(5)
Despesas Correntes		19 764 120,77	6 257 711,17	31,66%	-15,74%	61,13%
01	Despesas com Pessoal	6 753 527,62	2 832 507,09	41,94%	-5,46%	27,67%
02	Aquisição de Bens e Serviços	8 647 450,15	1 877 337,26	21,71%	-25,69%	18,34%
03	Juros Outros Encargos	43 900,00	11 136,13	25,37%	-22,03%	0,11%
04	Transferências Correntes	4 120 269,00	1 469 051,28	35,65%	-11,75%	14,35%
06	Outras Despesas Correntes	198 974,00	67 679,41	34,01%	-13,39%	0,66%
Despesas de Capital		30 348 447,01	3 978 613,03	13,11%	-34,29%	38,87%
07	Aquisição de Bens de Capital	24 350 251,51	3 247 281,01	13,34%	-34,06%	31,72%
08	Transferências de Capital	5 431 342,50	622 561,86	11,46%	-35,94%	6,08%
09	Ativos Financeiros	36 188,00	0,00	0,00%	-47,40%	0,00%
10	Passivos Financeiros	495 002,00	108 770,16	21,97%	-25,43%	1,06%
11	Outras Despesas de Capital	35 663,00	0,00	0,00%	-47,40%	0,00%
TOTAL		50 112 567,78	10 236 324,20	20,43%	-26,97%	100,00%

Analisando o quadro síntese da execução orçamental da despesa, podemos concluir que o Município de Tondela regista, no fim do período em análise, uma taxa de execução da despesa total de 20,43% sendo, o grau de execução esperado de 47,40%, representando um desvio negativo de 26,97%.

Destaca-se, do total das despesas, a rubrica de Aquisição de bens de capital com um peso de cerca de 32% em relação à despesa total esperada.

3.2. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Período 01/01/2021a 22-06-2021

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		DOTAÇÃO CORRIGIDA	COMPROMISSOS	GRAU DE EXECUÇÃO DOS COMPROMISSOS
CAP.	DESIGNAÇÃO	(1)	(2)	(3) = ((2)/(1))*100%
Despesas Correntes		19 764 120,77	15 886 970,27	80,38%
01	Despesas com Pessoal	6 753 527,62	6 417 796,55	95,03%
02	Aquisição de Bens e Serviços	8 647 450,15	6 606 528,04	76,40%
03	Juros Outros Encargos	43 900,00	28 130,03	64,08%
04	Transferências Correntes	4 120 269,00	2 711 688,14	65,81%
06	Outras Despesas Correntes	198 974,00	122 827,51	61,73%
Despesas de Capital		30 348 447,01	19 407 026,84	63,95%
07	Aquisição de Bens de Capital	24 350 251,51	15 133 058,33	62,15%
08	Transferências de Capital	5 431 342,50	3 709 507,78	68,30%
09	Ativos Financeiros	36 188,00	36 187,50	100,00%
10	Passivos Financeiros	495 002,00	492 612,78	99,52%
11	Outras Despesas de Capital	35 663,00	35 660,45	99,99%
TOTAL		50 112 567,78	35 293 997,11	70,43%

Através da análise do quadro acima podemos constatar que, à data do reporte, no que diz respeito a despesas correntes, já foi comprometida 80,38% da dotação orçamental do Município, enquanto que nas despesas de capital essa execução situa-se nos 63,95%.

No que diz respeito à totalidade de compromissos, a sua execução encontra-se a na ordem dos 70,43%.

3.3. COMPROMISSOS PLURIANUAIS

Nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º e n.º 4 do artigo 16.º, ambos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei do Compromissos e Pagamentos em Atraso - LCPA) e do art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho a Assembleia Municipal aprovou, no artigo 19º e 22º da Norma de Execução Orçamental dos Documentos Previsionais de 2021, na reunião do dia 11 de dezembro de 2020, uma autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, nos casos em que:

- a) Resultem projetos ou ações constantes das Grandes Opções do Plano;
- b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 € (noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove Euros e cinquenta e oito cêntimos) em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos;
- c) Resultem de reprogramações financeiras decorrentes de acordos de pagamentos, quando legalmente admissíveis, e alterações ao cronograma físico e/ou financeiro de investimentos e outras despesas.

Face ao que precede verificou-se que se assumiram os seguintes compromissos plurianuais entre 22-04-2020 e 18-06-2020.

COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS DE 22-04-2021 e 22-06-2021					
<i>(Ao abrigo da autorização prévia concedida em 11/12/2020 pela Assembleia Municipal)</i>					
Descrição sumária do compromisso plurianual	2022	2023	2024	2024	Seguintes
Colocação de impressoras, assistência técnica e fornecimento de consumíveis	30 272,76 €	30 272,76 €	7 391,07 €		
Contrato de prestação de serviços em regime de avença na área de formação e consultadoria	7 970,40 €				
Protocolo de Colaboração no âmbito do Projeto "Escola de Natação 2020/2021"	23 664,30 €				
Aquisição de peças para veículos ligeiros e pesados	1 998,75 €				
Aquisição de Licença da Plataforma SIGA	6 500,55 €	6 500,55 €			
Aquisição de peças e acessórios para veículos - Tratores, Alfaias, Retroscavadoras e niveladoras	1 658,32 €				

4. CONCLUSÃO

Estando decorridos 173 dias do ano de 2021, poderemos concluir que o indicador da receita se encontra próximo do padrão esperado, no valor de 43,12% face ao padrão esperado de 47,40%, apresentado um desvio negativo de 4,28%. O indicador da despesa encontra-se abaixo do padrão, com um desvio negativo de 26.97%, correspondendo a um total de despesa paga total de 10.236.324,20€.

Observa-se a fragilidade da definição de um valor padrão de análise de execução orçamental para um período inferior a doze meses.

Tondela, 22 de junho de 2021

A Chefe de Divisão de Economia e Finanças,
